



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CÂMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ARIOLINDA CAPRISTANO NETA NERES DE SOUZA**

**ESTUDO DE CASO: OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA  
DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO MUSTAFÁ BUCAR DE MIRACEMA DO  
TOCANTINS**

**MIRACEMA DO TOCANTINS - TO**

**2018**

ARIOLINDA CAPRISTANO NETA NERES DE SOUZA

ESTUDO DE CASO: OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA  
DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO MUSTAFÁ BUCAR DE MIRACEMA DO TOCANTINS

Monografia apresentada a Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema do Tocantins, para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Professora Mestre Amanda Elisa Vaz.

MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

C253e Capristano Neta Neres de Souza, Ariolinda.

Estudo de caso: Os impactos do Programa Bolsa Família na vida das famílias do bairro Mustafá Bucar de Miracema do Tocantins. / Ariolinda Capristano Neta Neres de Souza. – Miracema, TO, 2019.

67 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2019.

Orientadora : Amanda Elisa Vaz

1. Pobreza. 2. Transferência de Renda. 3. Programa Bolsa Família. 4. Beneficiárias. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ARIOLINDA CAPRISTANO NETA NERES DE SOUZA

ESTUDO DE CASO: OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA  
VIDA DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO MUSTAFÁ BUCAR DE MIRACEMA DO  
TOCANTINS

Monografia apresentada a Universidade  
Federal do Tocantins, Campus de  
Miracema do Tocantins, para obtenção  
de grau de Bacharel em Serviço Social,  
sob a orientação da Professora Mestre  
Amanda Elisa Vaz.

Data de aprovação 18/03/2019

Banca examinadora:



Prof.ª Mestre Amanda Elisa Vaz  
Orientadora, Universidade Federal do Tocantins



Prof.º Dr. João Nunes da Silva  
Examinador, Universidade Federal do Tocantins



Esp. Maryvalda Melo Santos  
Examinadora, Universidade Federal do Tocantins

Especialmente à minha mãe Isabel Neres de Sousa, ao meu pai João Capristano de Souza ao meu esposo José Carlos Freitas Beserra e ao meu filho Vinícius Carlos NeresBeserra.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por te me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta Universidade Federal do Tocantins, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

A minha orientadora Professora Amanda Elisa Vaz, pelo empenho dedicado à elaboração deste estudo, pelas suas correções, incentivo e orientações.

Para todos da minha família meus pais que me educaram, meu esposo José Carlos, meu filho Vinícius Carlos e a minha mãe Isabel pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direto ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as condições sócio econômicas das famílias beneficiadas pelo PBF no município de Miracema do Tocantins - TO. Trata-se de um estudo de caso, realizado por meio de questionário e entrevista aplicado com famílias beneficiárias do PBF no bairro Mustafá Bucar. A pesquisa analisa o panorama histórico das políticas sociais no Brasil; A pobreza no Brasil; a origem dos Programas de Transferência de Renda e mais precisamente o Programa Bolsa Família, que apesar de ser alvo de críticas, sobre proporcionar a inércia das beneficiárias, o que é uma forma distorcida da realidade do referido bairro, pois segundo a pesquisa a grande maioria trocaria o benefício por um emprego, desconsiderando qualquer forma de acomodação ao PBF, apesar dos aspectos positivos do PBF a milhares de famílias em todo o país, e como é o caso do município de Miracema do Tocantins - TO. Os dados obtidos foram analisados de forma quanti-qualitativa. Como principais resultados, a pesquisa mostrou que o Programa Bolsa Família proporcionou um aumento na renda familiar dos beneficiários, além de ter facilitado o acesso das crianças e adolescentes à escola, o que poderá contribuir, em longo prazo, o combate ao analfabetismo, além de outras expressões da questão social. Também possibilitou um maior acesso das famílias aos serviços de saúde, por meio do acompanhamento das crianças. Verificou-se ainda, que houve uma melhora na qualidade de vida, através de um planejamento e autonomia das beneficiárias do referido bairro. O estudo pode contribuir para esclarecimento acerca do que pensam as beneficiárias a respeito de um questionamento se o PBF é um direito ou ajuda, a resposta foi dividida embora uma boa parte acredite ser um direito, algumas das entrevistadas ainda acham que é uma ajuda do governo. Pois, de que de fato é um direito do Estado distribuir renda aqueles que de certa forma fazem parte de uma maioria que não tem uma renda mensal e vivem em situação de pobreza. Enfim, o referido estudo também contribui para a produção acadêmica, uma vez que seus resultados podem servir de parâmetro de comparação com outras pesquisas realizadas sobre o mesmo tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza. Transferência de Renda. Programa Bolsa Família. Beneficiárias.

## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the socioeconomic conditions of the families benefited by the PBF in the municipality of Miracema do Tocantins - TO. It is a case study, carried out by means of a questionnaire and interview applied with beneficiary families of the PBF in the neighborhood Mustafa Bucar. The research analyzes the historical panorama of social policies in Brazil; Poverty in Brazil; the origin of the Programs of Transfer of Income and more precisely the BolsaFamília Program, that despite being criticized, on providing the inertia of the beneficiaries, which is a distorted form of the reality of said neighborhood, since according to the research the vast majority would exchange the benefit for a job, disregarding any form of accommodation to the PBF, despite the positive aspects of the PBF to thousands of families throughout the country, as is the case of the municipality of Miracema do Tocantins - TO. The obtained data were quantified qualitatively. As main results, the research showed that the BolsaFamília Program provided an increase in the family income of beneficiaries, as well as facilitating the access of children and adolescents to school, which could contribute, in the long term, to combating illiteracy, in addition to other expressions of the social question. It also made it possible for families to have access to health services through the monitoring of children. It was also verified that there was an improvement in the quality of life, through a planning and autonomy of the beneficiaries of said neighborhood. The study may contribute to clarification as to what beneficiaries think about whether the PBF is a right or a help, the response has been divided although a good part of it is believed to be a right, some of the respondents still think it is government aid. For, in fact, it is a right of the state to distribute income to those who are, in a way, part of a majority that does not have a monthly income and live in poverty. Finally, this study also contributes to the academic production, since its results can serve as a parameter of comparison with other researches carried out on the same theme.

**Keywords:** Poverty, IncomeTransfer, Bolsa Família Program, beneficiaries.



## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Bandeira do município de Miracema do Tocantins –TO.....	15
Figura 2 - Miracema do Tocantins no mapa do Estado do Tocantins.....	15
Figura 3 - Quantitativo de famílias cadastradas no Cadastro Único (dez/2016).....	33
Gráfico 1 - Distribuição de famílias beneficiárias do PBF.....	30
Gráfico 2 - Evolução do número de famílias beneficiárias no CadÚnico.....	32
Gráfico 3 - Sexo.....	38
Gráfico 4 - Idade.....	38
Gráfico 5 - Escolaridade.....	39
Gráfico 6 - Membro da família.....	39
Gráfico 7 - Moradia.....	39
Gráfico 8 - Renda familiar.....	39
Gráfico 9-Composição familiar.....	40
Gráfico 10 - Valor recebido.....	40
Gráfico 11-Valor em Reais.....	40
Gráfico 12-Gasto com alimentação.....	41
Gráfico 13-Qualidade de vida.....	41
Gráfico 14 - .Cálculo do PBF.....	41
Gráfico 15-Direitos e deveres.....	41
Gráfico 16- Acesso a escola.....	42
Gráfico 17–Frequência escolar.....	42
Gráfico 18–Serviços socioassistenciais.....	42
Gráfico 19–Acesso a saúde.....	43
Gráfico 20–Gestão do PBF.....	43
Gráfico 21–Conhecimento do benefício.....	44
Gráfico 22–Utilização do benefício.....	45
Gráfico 23–Posicionamento.....	45
Gráfico 24 – Condicionalidades.....	45
Gráfico 25–Mudanças ocorridas.....	45
Gráfico 26 -Possibilidades do PBF.....	46
Gráfico 27–Qualidade de vida.....	46
Gráfico 28–Bolsa Família ou Emprego.....	46
Gráfico 29–Melhoria no PBF.....	46

Gráfico 30 - Saúde.....	47
Gráfico 31–Educação.....	47
Gráfico 32- Perspectiva.....	47

.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Os países mais desiguais do mundo 2015.....	19
Tabela 2 - Benefícios de Programas Sociais.....	29

## LISTA DE SIGLAS

CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PTR	Programas de Transferência de Renda
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organizações das Nações Unidas
CADÚNICO	Cadastro Único
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
EUA	Estados Unidos da América
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
BPC	Benefício de Prestação Continuada
PTR	Programa de Transferência de Renda
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SENAR	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
CAIXA	Caixa Econômica Federal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA -TO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>A História do bairro Mustafá Bucar .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>APOBREZA NO BRASIL .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>A Política de Assistência Social no Brasil.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>CRAS NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA TO .....</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA .....</b>	<b>27</b>
<b>6</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>34</b>
<b>7</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>36</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possibilitou a oportunidade de conhecer de perto como um programa de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) pode oportunizar autonomia na vida de milhares de mulheres do Brasil e em especial das beneficiárias entrevistadas do setor Mustafá Bucar, região norte do município de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins.

As dificuldades encontradas pelas mulheres que a cada momento histórico, são submetidas a novos desafios, como na sociedade contemporânea que a mulher assume vários papéis como de esposa, mãe e chefe de família. Na sociedade atual, pode-se afirmar que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres são cada vez mais constantes e esta mulher, assume como a principal provedora do lar, conforme a análise apresentada pela autora, abaixo referenciada:

Os impactos que os efeitos da pobreza causam às famílias monoparentais chefiadas por mulheres, impõe a necessidade de políticas sociais e serviços de apoio que lhes assegurem melhores condições de vida e acesso aos direitos sociais. Atualmente a política de assistência social assumiu como uma de suas principais diretrizes o combate à pobreza e a miséria através da transferência de renda às famílias. (MORAES, 2014, p.04)

No entanto, a falta de investimento na criação de emprego e renda, traz sérias consequências para a maioria da população brasileira com manifestações da questão social como: fome, a falta de habitação, analfabetismo, desemprego, insegurança e doenças. A falta de uma garantia mínima de renda para o sustento de sua família é mais uma forma de centralização de renda nas mãos de poucos e a grande maioria não tem como planejar o presente e muito menos o futuro para os seus filhos.

O trabalho ainda oportunizou uma revisão de literatura como: a caracterização da pobreza no Brasil; a política de assistência social e a importância e a implementação do PBF.

O bairro Mustafá Bucar é uma comunidade no setor norte de Miracema que tem em sua grande maioria uma população que vive uma realidade dos bairros pobres dos municípios brasileiros com altos índices de pobreza, violência e a falta de emprego.

Diante da situação das expressões da questão social recorrente em todo país, foi construída a Lei Orgânica e de Política de Assistência Social, em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, tendo a Constituição Federal do Brasil de 1988 o marco legal para a redefinição da Assistência Social no Brasil.

No Art. 194 da Constituição Federal do Brasil de 1988, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A implementação dos Programas de Transferência de Renda como os anteriores ao PBF como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás foram de fato importantes para favorecimento das famílias em vulnerabilidade social. O PBF foi criado por meio da Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, que segundo o Ministério do Desenvolvimento Social é direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. A partir da inserção do PBF para amenizar uma maioria que vivem na pobreza extrema, possibilitou que pelo menos ao final do mês tenha um valor, mesmo que longe de ser o ideal, mas possibilita que as mulheres brasileiras tenham um pouco de autonomia e dignidade.

Para (MORAES, 2014, p. 04) [...] atualmente a política de assistência social assumiu como uma de suas principais diretrizes o combate à pobreza e a miséria através da transferência de renda às famílias. [...].

Ainda a respeito ao estudo realizado no referido bairro, buscou-se dar voz a esses sujeitos sociais com as entrevistas e questionários para que eles evidenciassem os impactos que o PBF causou em suas famílias, e relatassem tanto os aspectos de contribuição do programa para melhoria de vida, como alguns fatores que ainda podem melhorar. Com a finalidade de estabelecer uma escuta atenta dos sujeitos envolvidos no processo utilizamos questionário com rol de alternativas e entrevistas semiestruturadas que foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas e analisadas

Os relatos da referida pesquisa mostra claramente o quanto o PBF vem contribuindo para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, as condicionalidades referenciadas para manutenção do Benefício e aumentam a frequência dos filhos na escola e também o constante acompanhamento da saúde.

Contudo o PBF ainda necessita de ajustes, pois há diversos levantamentos que afirmam que muitos dos que recebem o Benefício não estão dentro dos índices de pobreza, que impossibilita de que o valor recebido possa ser melhorado e direcionado para quem de fato necessita.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

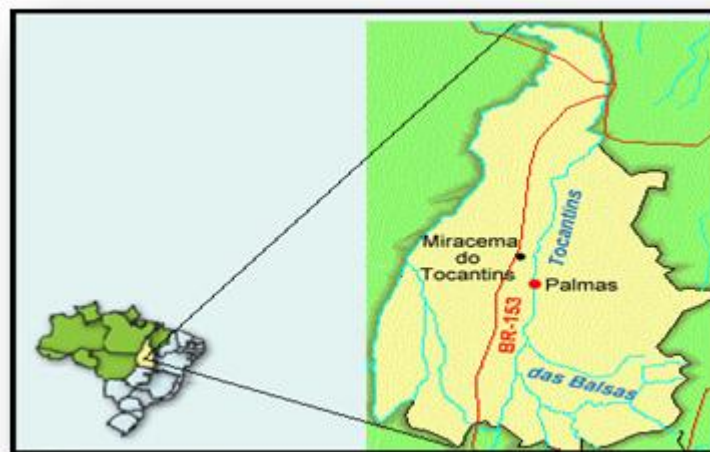
De acordo com a Prefeitura Municipal de Miracema<sup>1</sup> do Tocantins o município do Estado do Tocantins, no Brasil foi fundado em 25 de agosto de 1948. Pertence à região metropolitana de Palmas, Localiza-se a uma latitude 09°34'02" sul e a uma longitude 48°23'30" oeste, estando a uma altitude de 197 metros. Possui uma área de 2.656,090 km<sup>2</sup>. Em 1988, com o desmembramento do Estado de Goiás, originando o Tocantins, Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, foi escolhida para sediar a capital provisória do Estado, por ato do presidente da República. Permaneceu nesta condição no período de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano, quando foi instalada, em Palmas, a capital definitiva. A cidade forma uma conurbação com o município vizinho de Tocantínia. O prefeito atual é Saulo Sardinha Milhomem.

Figura 1 Bandeira do município de Miracema do Tocantins - TO



Fonte: Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins

Figura 2 Miracema do Tocantins no mapa do Estado do Tocantins



Fonte: Wikipédia

<sup>11</sup> Prefeitura municipal de Miracema do Tocantins- TO



## 2.1A História do bairro Mustafá Bucar

Segundo informações repassadas pela moradora dona M.L.P.<sup>2</sup>, o bairro Mustafá Bucar fica localizado no setor norte da cidade de Miracema do Tocantins, inaugurado na gestão do Prefeito Boanerges Moreira de Paula na sua terceira gestão no ano de 1993. O conjunto habitacional foi construído nas proximidades do Aeroporto.

O bairro Mustafá Bucar ainda não conta com uma sede, sendo na residência do presidente o local em que funciona como sede. A primeira presidente do bairro foi a senhora Josefa Maria Gonçalves da Silva com um mandato de oito anos e segundo a mesma sua gestão lutou para ampliação do conjunto habitacional, bem como o cascalhamento e limpeza das ruas e iluminação, a igreja católica, horta comunitária e o telefone público. Os mandatos a presidência de bairro são de dois anos, sendo possível a reeleição.

Também há promoção de eventos esportivos e culturais no local. O presidente do bairro atualmente é o senhor Sandoval Messias da Silva que iniciou sua gestão em janeiro de 2018. O mesmo enfatiza que vem estimulando o esporte com torneios de futebol, o que possibilitou aos moradores ter uma renda extra, devido à venda de produtos durante os jogos.

Atualmente vivem no conjunto habitacional diversas famílias, o bairro conta ainda igreja, bares, supermercado, campo de futebol, aeroporto e uma construção de uma escola de educação infantil em processo de construção. As famílias que compõem o referido bairro são constituídas basicamente por um perfil socioeconômico de classe baixa.

Quando se trata da caracterização de baixa renda há diferentes fatores a considerar como o valor do salário mínimo e seu poder de compra em determinado ano. Contudo a referência segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome<sup>3</sup>, é considerada baixa renda [...] quem ganham até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total [...].

---

<sup>2</sup> Dados obtidos por meio de diálogo com uma das primeiras moradoras do bairro, tendo em vista que não foi encontrado documentos que relatassem o histórico do referido bairro.

<sup>3</sup> Dados obtidos por meio de diálogo com uma das primeiras moradoras do bairro, tendo em vista que não foi encontrado documentos que relatassem o histórico do referido bairro.

<sup>3</sup> Ministério de Desenvolvimento Social.

### 3A POBREZA NO BRASIL

A pobreza é uma questão estrutural, pois, no início da humanidade todos eram pobres, com escassez de alimentos e vulneráveis a toda situação como doenças e falta de habitação. Mas com o crescimento e evolução de algumas sociedades, em algum momento histórico, a religião determinou quem poderia ser rico ou pobre.

Mas a pobreza sempre fez parte de uma parcela da sociedade após a divisão social de classe.

Segundo (PEREIRA, 2000, p. 16) como nos sistemas escravistas, feudais ou capitalismo, onde a provisão de mínimos sociais, como sinônimo de mínimos de subsistência, e que sempre fez parte das regulações desses modos de produção, as respostas a essas situações foram de formas isoladas e de caráter emergencial.

Atualmente a definição de pobreza é muito complexa, genericamente é a ausência de suprimentos necessários a atender a nossas necessidades básicas na sociedade em que vivemos. E cada sociedade em diferentes países as necessidades são variadas, pois cada país tem as suas especificidades e perfil socioeconômico e níveis de desenvolvimentos bastante diferenciados.

Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Por um lado, trata-se da questão de identificar os traços essenciais da pobreza em determinada sociedade. É generalizada, atingindo a maior parte da população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada? Quais são seus determinantes? É um fenômeno crônico ou está associado a mudanças econômicas e tecnológicas? (...) subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego ou marginalidade? Quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas, ou em outras palavras, qual o perfil dos pobres? (ROCHA, 2006, p. 10).

A pobreza caracteriza-se em determinantes que pode ser mensurada em absoluta e relativa, antes de definirmos a pobreza absoluta e relativa, há que se abordar como surgiu o conceito de pobreza.

Segundo (ROCHA, 2006, p. 11) [...] a preocupação com as desigualdades sociais não se inicia nos países pobres, mas em países desenvolvidos pós-guerra onde os cientistas políticos alertavam sobre a sobrevivência de grupos desprivilegiados. A partir de várias discussões em torno do fenômeno pobreza, foi difundido que a pobreza se caracteriza de diferentes níveis tanto social como produtivo. Que se determina em absoluta e relativa [...].

Para (ROCHA, 2006, p. 11) [...] A pobreza absoluta nos países subdesenvolvidos refere-se aos que estão abaixo do valor estabelecido da linha da pobreza, onde a dieta é incapaz de satisfazer as suas necessidades mínimas para sobrevivência, ou seja, não atende as necessidades nutricionais diárias, mas apenas para morrerem. A pobreza relativa nos países desenvolvidos, que já superaram a dieta de sobrevivência, refere-se estabelecer as necessidades mínimas nutricionais e a adequação energético-protéico [...].

Segundo a Agência<sup>4</sup> Brasil os dados do IBGE, em 2017 foi o seguinte: cerca de 50 milhões de brasileiros, o que equivale a 25,4% da população vive na linha da pobreza e tem renda familiar equivalente a R\$387,07, ou US\$ 5,5 por dia, que é o valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre. Ainda segundo os dados os índices divulgados pelo IBGE indicam ainda que a pobreza no Brasil em maior parte na região nordeste com 43,5% e no Sul aparece em menor porcentagem com 12,3%.

Diante do exposto, como se caracteriza os critérios para mensurar a pobreza? Para responder esse questionamento (ROCHA, 2006, p. 12) [...] define que em países onde a economia é bastante equilibrada, é estabelecido um valor monetário para atendimento e as necessidades médias da população, porém em países onde se trata das necessidades nutricionais para sobrevivência fica denominado como linha de indigência ou pobreza extrema, ou seja, quando a renda percebida não é capaz de suprir as necessidades mínimas naquela sociedade, denomina-se que o indivíduo ou um grupo de indivíduos estão abaixo da linha da pobreza. Em países desenvolvidos como nos EUA desde 1965 a linha da pobreza tem por base uma cesta básica alimentar, cujo valor é multiplicado por 3, devido as despesas alimentares corresponder a 1/3 do gasto total por família e os valores são ajustados anualmente [...].

No Brasil segundo ainda a autora desde 1980, o Banco Mundial corresponde a 1/3 do PIB per capita que correspondia no ano de 2000 o valor de R\$100,00 por pessoa, valor que no mesmo ano era superior a meio salário mínimo a R\$75,00.

Segundo dados de 2015 do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) publicado no jornal “O Globo” de 21 de março de 2017 o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. O levantamento utiliza como referência o instrumento Gini<sup>5</sup> que é uma forma de calcular a disparidade de renda. O indicador vai de 0 a 1, quanto menor melhor. O Brasil ficou com 0,515 em 2015. Ainda de acordo com o relatório o Brasil tem um dos Índices de

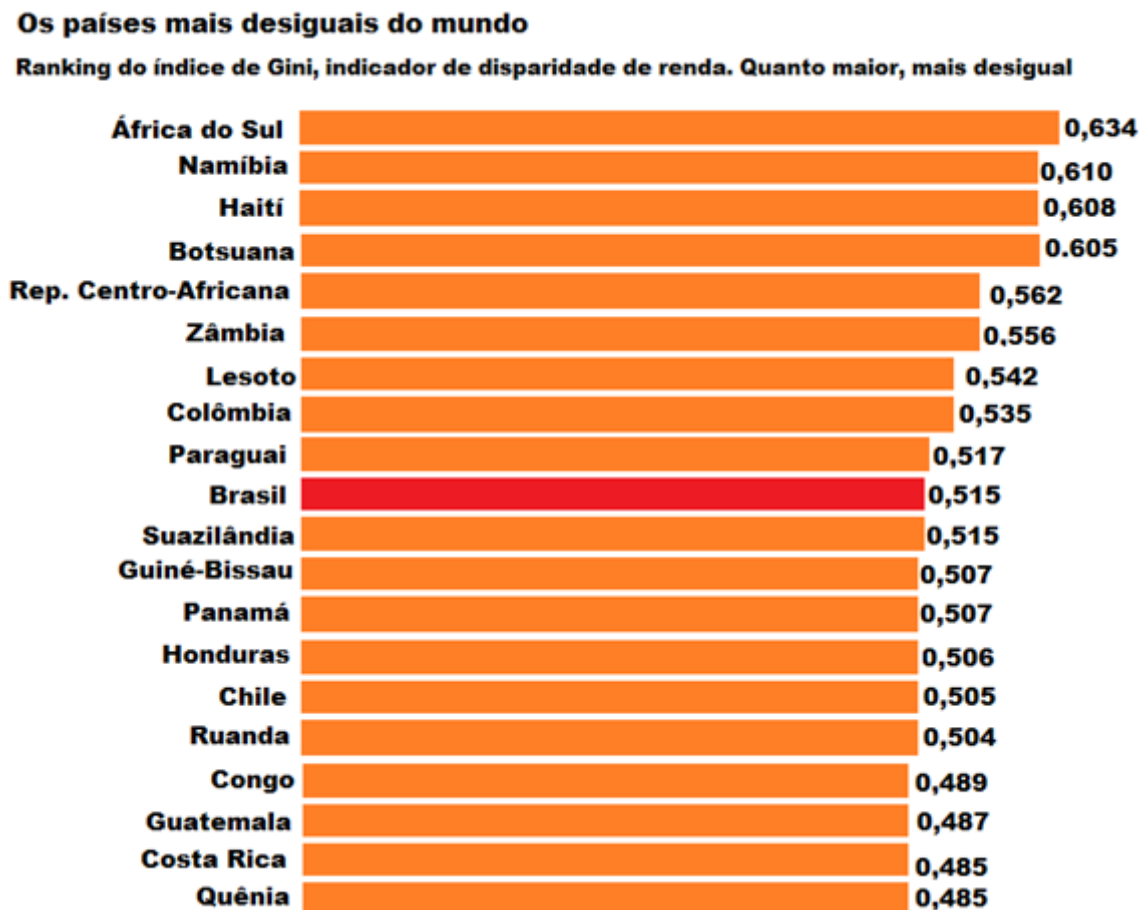
---

<sup>4</sup> Agência Brasil vinculada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é uma empresa pública federal, criada pela Lei no 11.652/2008 e alterada pela Lei no 13.417/2017.

<sup>5</sup> Índice de Gini - criado pelo matemático italiano Conrado Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.

Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo, estagnado em 2015. O Brasil ocupa a 79ª posição. Os dados abaixo mostra a posição do Brasil no RDH.

Tabela 1 Os países mais desiguais do mundo 2015



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

### 3.1 A Política de Assistência Social no Brasil

Para iniciarmos o presente estudo sobre a política de assistência social, temos que conhecer os antecedentes históricos para enfrentamento da questão social.

Os direitos civis e políticos começaram a ser definidos a partir dos séculos XVII e XVIII, na luta contra o absolutismo. Naquele período, as classes burguesas em ascensão lutavam contra o poder absoluto dos reis e do estado absolutista e, por intermédio dos direitos civis, tentavam limitar o poder tanto do rei como do Estado.” (...) Portanto, para que seja entendida assim a trajetória dos direitos conquistado através do tempo cronológico segundo ainda a autora: direitos civis século XVIII; políticos século XIX e direitos sociais século XX(MARSHALL apud COUTO, 2010, p.33). Entendido segundo as mesmas em direitos de primeira geração civis e políticos e segunda geração os direitos sociais. A primeira geração exercida pelos homens, individualmente sem a intervenção do Estado, pois desde sua existência tem como princípio a ideia de liberdade. Já os de segunda geração os direitos sociais exercidos pelos homens, este com a intervenção do Estado que é o provedor. (COUTO, 2010, p.33)

Para (COUTO, 2010, p.35) há a terceira geração de direitos, que são desenvolvidos coletivamente por meio de pactos entre os povos e com organismos internacionais como a ONU - Organização das Nações Unidas, direitos relativos à paz, ao desenvolvimento da paz, ao meio ambiente.

A autora acrescenta que foi na Revolução Francesa que inaugura uma nova dimensão para as ideias liberais como na tríade liberdade, fraternidade e igualdade para todos os cidadãos do mundo.

A efetivação dos direitos no Estado moderno que estabelece os direitos civis e políticos para atender as necessidades da sociedade foi às bases mais concretas para que a formulação dos direitos sociais.

Segundo (COUTO, 2010, p.86) no Brasil a trajetória de garantia de direitos sociais percorreu uma grande trajetória. Na Constituição de 1824, por exemplo, a sociedade que formula a referida Constituição estava apoiada em uma realidade muito fora das características da sociedade desejada pelos ideais que o fundamentava. Estava representada por uma sociedade com características autoritárias e conservadoras.

A Constituição de 1891 percebe-se que foi formulada com a preocupação de incorporação de alguns direitos civis políticos e sociais.

Nos anos de 1930 a 1937, com o governo de Getúlio Vargas cria-se o Ministério do Trabalho e alguns benefícios, que foram considerados um avanço significativos das relações entre trabalhadores e empregadores como a legislação criada para incentivar os trabalhadores rurais a migrarem para as cidades em busca de melhores condições, embora (COUTO, 2010, p. 102) enfatiza que foi de forma controladora e autoritária.

A Constituição de 1934 a 1937 avançaram na garantia de direitos civis, políticos e sociais como salário mínimo, leis trabalhistas jornada de trabalho de 8 horas, proibição de trabalho para menores de 14 anos, direito a educação primária integral gratuita, proibição de diferença de salário para o mesmo trabalho, férias anuais, indenização por dispensa do trabalho sem justa causa e muitos outros direitos sociais. (COUTO, 2010, p.100)

Assim como a Constituição de 1946, que manteve os direitos das Constituições anteriores e amplia alguns outros direitos como: direito da gestante de descanso antes e depois do parto, seguro para acidente de trabalho, assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A Constituição de 1967 segundo ainda pesquisa de (COUTO, 2010, p 106) foram acrescentados os seguintes direitos sociais: Previdência social, salário-família direito ao

trabalho, Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais.

A seguridade social no Brasil nunca foi para toda sociedade, sempre foi predominantemente sustentado na lógica do seguro como a Lei Eloi Chaves de 1923 que predominou o acesso às políticas de previdência e de saúde apenas para os contribuintes da previdência social. Portanto segundo a autora a assistência social manteve-se, ao longo da história, como uma ação pública desprovida de reconhecimento legal como direito, mas associada institucionalmente e financeiramente à previdência social. (BOSCHETTI, 2009, p.08).

A Constituição de 1988 chamada de “Constituição cidadã”, pois foi a primeira Constituição que permitiu a incorporação de emendas populares, grandes avanços democráticos para população brasileira. Embora nos governos que sucederam a referida constituição, houvesse desmontes das conquistas ou o que rege na Constituição ficou apenas no papel.

A assistência social manteve-se, ao longo da história, como uma ação pública desprovida de reconhecimento legal como direito, mas associada institucionalmente e financeiramente à previdência social. Foi somente com a Constituição de 1988 que as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e reestruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro. Apesar de ter um caráter inovador e intencionar compor um sistema amplo de proteção social, a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência). (BOSCHETTI, 2009, p. 08)

Ainda segundo (BOSCHETTI, 2009, p. 08), as diretrizes constitucionais, como universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração contemplados no Artigo 194 da Constituição Federal de 1988, não foram totalmente materializadas e outras orientaram as políticas sociais de forma bastante diferenciada, de modo que não se instituiu um padrão de seguridade social homogêneo, integrado e articulado.

Esses princípios poderiam redirecionar as políticas de saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar um sistema de seguridade social amplo, coerente e consistente, com predomínio da lógica social e não da lógica contratual do seguro. Isso, contudo, não ocorreu, em função de uma série de elementos conjunturais e estruturais. (BOSCHETTI, 2009, p. 08)

A partir da década de 1990, com uma política neoliberal que assolou com a classe trabalhadora e priorizou o desenvolvimento da classe econômica em prol dos avanços sociais, que o Estado não coloca em prática as conquistas da população contidas na CF de 1988.

A crise econômica vivida no país foi conduzida por um Estado que não assumiu compromissos redistributivos e o “conceito retardatário, híbrido, distorcido ou inconcluso da seguridade social brasileira, conforme apontam importantes pesquisadores do tema, encontrou dificuldades antigas e novas ainda maiores para se consolidar” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 158).

Para (COUTO, 2010, p.161) [...] Entretanto, podem-se citar alguns avanços que foram significativos para sociedade brasileira no que tange aos direitos sociais como: salário mínimo para idosos e portadores de deficiência que não puderam ser manter, inclusão do seguro-desemprego, licença paternidade, gratuidade do ensino público em todos os níveis, extensão do FGTS para todos os trabalhadores, redução da jornada de trabalho de 48 horas para 44 horas, reconhecimento da assistência social como componente da seguridade social, ampliação de 90 para 120 dias do período da licença maternidade, acesso a todo serviço de saúde, com os princípios da universalidade e da equidade [...].

Nesse sentido, é possível afirmar que, no campo conceitual, a introdução da seguridade como sistema de proteção social, enfeixado pela Previdência Social, saúde e assistência social, é um marco no avanço do campo dos direitos sociais no Brasil. Pela primeira vez um texto constitucional é afirmativo no sentido de apontar a responsabilidade do Estado na cobertura das necessidades sociais da população e, na sua enunciação, reafirma que essa população tem acesso a esses direitos na condição do cidadão (COUTO, 2010, p.161)

Portanto, a Constituição Federal de 1988 trouxe novas perspectivas para o desenvolvimento de políticas sociais que favorecem a classe trabalhadora. No entanto, precisa avançar mais ainda e garantir a classe trabalhadora, direitos legais que de certa forma ou foram assolados ou ainda não foram garantidos praticamente.

#### **4 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (BRASIL, 2011, p. 09)

Portanto o CRAS é uma unidade de fundamental importância para enfrentar as desigualdades sociais no nosso país, pois, com os desmontes dos governos aos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, uma grande parte da população brasileira vive em pobreza absoluta e sem perspectiva de moradia, alimentação diária, falta de saneamento básico, segurança pública e lazer.

O Sistema Único de Assistência Social através da Política Nacional de Assistência Social e as unidades do CRAS intervêm nas famílias em situações de vulnerabilidade social e riscos sociais.

A implantação do CRAS requer que seja feito um planejamento municipal com estabelecimento de metas, procedimentos e métodos direcionados a realidade de cada município. O Plano Municipal ou Distrital de Assistência Social deve ser realizado pelo órgão gestor a prefeitura municipal e ser aprovado pelo conselho de assistência social, e coerente com a Política Nacional de Assistência Social, Norma Operacional Básica e NOB-RH e ser expresso no orçamento de cada órgão gestor.

No CRAS oferta diversos programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica que podemos pontuar.

A Gestão da proteção social Básica no Território, onde as ações são descentralizadas as ações do SUAS, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) que acompanha as famílias de usuários dos serviços, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e risco social.

São oferecidos ainda diversos serviços como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente (SCFV/CA) Centro de Convivência com Idosos, Centro de Geração de Renda.

O CRAS também funciona a gestão integrada dos serviços, benefícios e transferências de renda para acompanhamento das famílias como: o Programa Bolsa Família e



Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Alguns municípios a gestão do CadÚnico é realizado no CRAS, que possibilita o Cadastro para obtenção dos programas sociais do Governo Federal, para que o governo conheça a realidade socioeconômica das famílias brasileiras. O CadÚnico é um instrumento responsável para conceder benefícios a população de baixa renda nos seguintes programas: Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros.

A Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 aprova a Tipificação Nacional de Serviços Sociassistenciais. A Tipificação dos serviços socioassistenciais é organizada por níveis de complexidade como: Proteção social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade.

Devido o Projeto pesquisa que enfatiza o programa de transferência de Renda, Bolsa Família no município de Miracema do Tocantins, mais especificamente no Bairro Mustafá Bucar e a Tipificação dos serviços sócioassistenciais, sugere que o trabalho desenvolvido na Proteção Social Básica seja realizado com crianças de 06 a 14 anos e com jovens de 15 a 17 anos, com a comunidade e também com idosos.

O CRAS de Miracema do Tocantins desenvolve atualmente o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com adolescentes e idosos funcionando no prédio da Casa do Idoso, no setor Mustafá Bucar.

#### **4.1Históricodo CRAS deMiracemado Tocantins**

Em Abril de 2009 a Secretaria de Municipal de Assistência social, em exercício, e o Assistente Social, técnico da secretaria, apresentam uma proposta ao gestor municipal, sobre a instalação do equipamento CRAS no bairro Novo Horizonte. Assim, pelo fato da prefeitura de Miracema possuir três prédios inutilizados localizados em diferente bairros da cidade e que poderiam ser aproveitados,consequentemente, o prédio do bairro Novo Horizonte foi indicado pela equipe técnica da Secretaria Municipal, considerando o espaço que mais se aproximavaos critérios definido pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS, priorizando como elegibilidade , localização nos setores com maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica.

No período de planejamento da construção do equipamento, não houve uma participação considerável do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS, tendo em vista, que se encontrava no período de reestruturação, pois no processo de organização da

eleição Biênio 2009/2011, portanto, ainda estava para composição de uma nova mesa Diretoria.

Dessa forma, o CRAS no município de Miracema foi criado em 2009, no bairro Novo Horizonte. Desde então, o CRAS funcionava de forma compartilhada com a Secretaria de Assistência Social de Miracema do Tocantins, suas ações aconteciam de forma fragmentada, mas não atende integralmente as normas operacionais básicas NOB/RH do SUAS no que dispõe de profissionais e de infraestrutura adequada para oferta dos atendimentos e serviços do Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF e demais projetos .

A implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Miracema do Tocantins foi no dia 25 de Agosto de 2009, com iniciativa do Governo Federal, Estadual e Municipal, e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Os CRAS são unidades de execução dos serviços de Proteção Social Básica destinado à população em situação de vulnerabilidade social, em articulação com a rede socioassistencial. Sendo assim sua finalidade é desenvolver ações de Proteção Básica, de vigilância e de defesa social, e que estes tenham seus direitos de fato efetivados.

As principais demandas do CRAS Miracema do Tocantins são indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Todo aquele que está cadastrado no Programa Bolsa Família é atendido pelo CRAS, Idoso e Pessoa com deficiência que possui o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e, ou pela ausência de acesso aos direitos, além dos membros das famílias beneficiariam dos programas de transferência de renda e também todos aqueles que se encontra em vulnerabilidade social.

Segundo o MDS é de responsabilidade do CRAS nos municípios, em especial no de Miracema do Tocantins, universo estudado, realizar atendimentos; cadastrar e monitorar os dados; diagnosticar, encaminhar os usuários para a rede Intersetorial; acompanhamento sistematizado as famílias atendidas na unidade; colaborar com a autonomia das famílias atendidas; e cadastrar as famílias nos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Idoso e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Criança e Adolescente.

A Constituição Federal de 1988 marca uma conquista da assistência social no Brasil, pois fundamenta um processo de reconhecimento da assistência social como política social que com a política de previdência social e política de saúde formam o tripé da seguridade social no Brasil.

Com a Constituição de 1988 a Assistência Social ganhou nova institucionalidade, que a faz pautar-se pelo paradigma da cidadania ampliada e a funcionar como política pública concretizadora de direitos sociais básicos particularmente de crianças, idosos, portadores de deficiência, famílias e pessoas socialmente e economicamente vulneráveis (...). A Assistência Social passou a ser regida por Lei Federal (Lei nº 8742, de sete de dezembro de 1993), conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a qual lhe conferiu características que a fizeram distanciar-se de práticas “assistencialistas” como que sempre foi identificada. Isso quer dizer que a partir da Constituição de 1988 e da LOAS, estabeleceu-se, a partir disso plano legal, a diferença marcante entre Política Pública de Assistência Social e “assistencialismo” vulgar praticado indiscriminadamente como um desvio ou doença da Assistência. (PEREIRA, 2006, p. 01).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na concepção de políticas sociais como a Assistência social que definitivamente caracteriza-se não mais como uma assistência atrelada ao “assistencialismo” de outrora, mas como uma política pública de garantia de direitos sociais básicos de seguridade social ao lado da saúde e previdência.

## 5 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A Constituição Federal de 1988 promoveu avanços significantes na proteção social da vida das classes menos favorecidas pelo sistema capitalista. A partir dos anos 2000 em diante foram implementados alguns dos primeiros Programas de transferência de renda na esfera Federal como: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação.

“Em 2003, o Programa Bolsa Família dava seus primeiros passos, tendo à frente um amplo conjunto de desafios. Seus objetivos eram contribuir para inclusão social das famílias primadas pela miséria, com alívio imediato de sua situação, e estimular avanços em sua educação e saúde para interromper o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Era preciso unificar os programas setoriais de transferência de renda existentes, consolidar o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), criar uma estratégia federativa para sua gestão, acompanhar as condicionalidades e garantir oferta e acesso aos serviços. Passados dez anos, os objetivos foram plenamente alcançados e, na maioria dos casos, superados”(CAMPELLO, 2013, p.16).

“O PBF se afirma como experiência bem-sucedida por ter ampla cobertura, ótima focalização e relevantes impactos nas condições de vida da população”. Ainda segundo a autora no início houve grandes polemicas e crenças acerca da transferência monetárias às famílias como de que teriam mais filhos para ter acesso a mais recursos, de que comprariam sem controle e também geraria dependência e desincentivaria o trabalho dos adultos. Porém a experiência mostrou que as mulheres não só comprar “corretamente” como planeja os seus gastos. Em relação de que teriam mais filhos, as mulheres beneficiárias ampliaram o uso de métodos contraceptivos e também não evidências de que há desestímulo ao trabalho.

O Programa Bolsa Família foi de fundamental importância para enfrentamento da pobreza pela classe trabalhadora que com a instabilidade do mercado nem sempre garante emprego, estando sempre essa camada da população em vulnerabilidade social constante.

Ao longo dos anos, devido ao seu desenho adequado e à sua contínua expansão e aprimoramento, o PBF reduziu a pobreza e a desigualdade, promoveu a inclusão nas políticas públicas de educação e saúde, reduziu a insegurança alimentar, e fortaleceu a trajetória escolar e a saúde de crianças e adolescentes, aumentando o compromisso destas políticas com as parcelas mais pobres da população brasileira. Com o Bolsa Família, o Brasil pôde, enfim, recusar a histórica banalização e naturalização da pobreza e da fome e afirmar um novo patamar de garantias sociais, que exigem o reconhecimento e o progressivo alargamento de padrões mínimos de bem-estar a todos os cidadãos. (CAMPELLO, 2013, p. 19)

Segundo dados do IPEA<sup>6</sup> em dezembro de 2009, o PBF representava 12.370.915 benefícios, de um total de 42.581.308 benefícios concedidos pelos diversos programas federais de garantia de renda.

### **5.1 Características principais do Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família foi criado através da Lei 10.836, de 2004, com a finalidade de “unificação” do PNAA (Programa Nacional de Acesso à Alimentação), criado pelo governo Lula com programas de FHC, entre eles o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cadastramento Único do Governo Federal. E segundo o MDS<sup>7</sup> é um Programa de transferência de renda de âmbito nacional que contribui para combate a pobreza e a desigualdade social no Brasil. E possui três eixos:

- Complemento de renda - Todos os meses os beneficiários recebem diretamente os valores em dinheiro, transferidos pelo governo federal.
- Acesso a direitos - As famílias devem cumprir alguns condicionantes como reforçar o acesso à educação, saúde e assistência social. Esse eixo tem como objetivo oferecer condições para que as futuras gerações quebrem o ciclo da pobreza, através dessas oportunidades.
- Articulação com outras ações - o PBF tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Desde 2011, o PBF faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo.

A gestão PBF é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos.

---

<sup>6</sup>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros

<sup>7</sup> MDS - Ministério do desenvolvimento Social

O PBF desde 2011 faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, atende famílias em extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do Programa:

- Todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais;
- Famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

O calendário de saques do PBF e outras informações. O PBF é dinâmico, isto é, todos os meses, há famílias que entram e outras que saem do programa.

A saída do Programa se dará principalmente porque não atualizaram as informações cadastrais ou porque melhoraram de renda, não se adequando mais ao perfil para receber o benefício. O quadro a seguir serve para entendermos como funcionam os benefícios.

O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária.

**Benefício Básico, no valor de R\$ 89,00.**

- Pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00).

**Benefícios Variáveis (até cinco por família):**

Tabela 2 Benefícios de Programas sociais

<p>Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos. <b>R\$ 41,00</b></p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade.</p>
<p>Benefício Variável Vinculado à Gestante <b>R\$ 41,00</b></p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. São repassadas nove parcelas mensais. O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.</p>
<p>Benefício Variável Vinculado à Nutriz. <b>R\$ 41,00</b></p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. São seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.</p>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

**Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 48,00 (até dois por família).**

- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes.

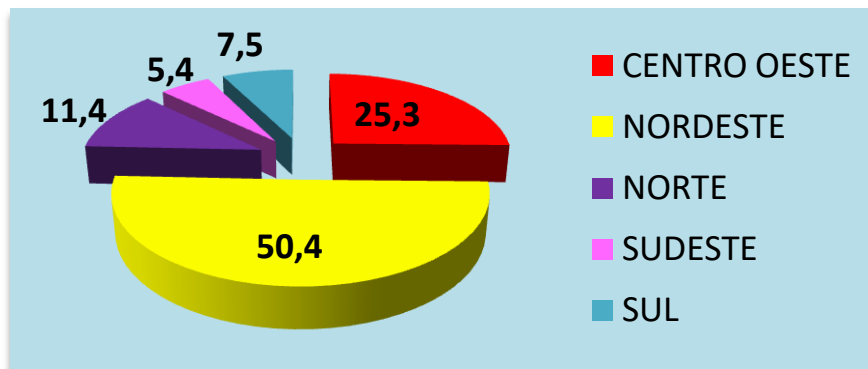
**Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família.**

- Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa.

- O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 89,00 de renda por pessoa.

Segundo dados do gráfico abaixo, em março de 2013, tinha 13.872.243 famílias que receberam o benefício de 149,71 em média, e as famílias era composta por 3,6 pessoas, a maior parte dessas famílias representando 50,2% são da região Nordeste do país.

Gráfico 1 Distribuição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) por grandes regiões (março de 2013)



Fonte: Folha de pagamento do PBF (SENARC/MDS)

## 5.2 Cadastro Único para programas sociais, o CadÚnico

O Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que regulamenta o Cadastro Único, e a Portaria nº 177/2011, que define procedimentos para a gestão do Cadastro Único.

O Decreto permite também o cadastramento de famílias com renda superior, desde que a inserção no Cadastro Único esteja vinculada à participação em programas sociais implementados pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de

cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. (BRASIL, 2015)

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2018), os municípios e o Distrito federal são os responsáveis pelo cadastramento das famílias através do Cadastro Único. A inscrição no Cadastro Único não garante a entrada imediata no PBF. A seleção das famílias é feita por um sistema informatizado, a partir dos dados que elas informaram no Cadastro Único e das regras do programa. Não há interferência de ninguém nesse processo.

CadÚnico passou a ser o instrumento utilizado para a seleção e focalização de seus beneficiários. Todas as informações sobre as famílias beneficiárias, perfil socioeconômico, acesso a serviços e principais vulnerabilidades das famílias, são oriundas do CadÚnico.

Segundo Camargo; et al. (2013, p. 158) O CadÚnico foi criado em 2001 para ser uma ferramenta de identificação dos beneficiários de baixa rendados programas do governo federal. A concessão do benefício depende de quantas famílias já foram atendidas no município, em relação à estimativa de famílias pobres feita para essa localidade. Além disso, o governo federal precisa respeitar o limite orçamentário do Programa.

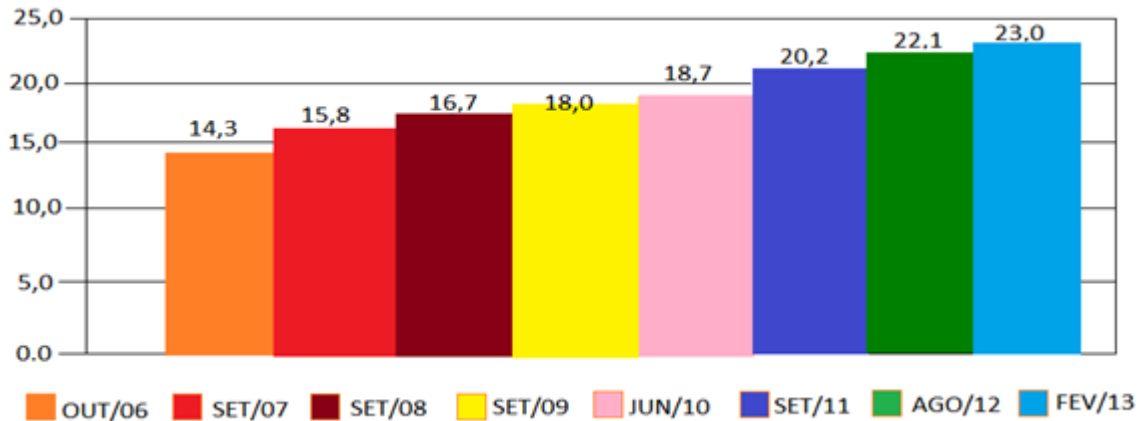
Em 2010, o Cadastro possuía mais de 18 milhões de famílias cadastradas e passou a ser utilizado por outros programas focalizados na população de baixa renda como a Tarifa Social de Energia Elétrica. O cadastro possibilita a constituição de um mapa detalhado e Atualizado da pobreza brasileira, com informações sobre as principais características socioeconômicas das famílias e de cada um de seus integrantes, bem como aspectos relacionados ao acesso a serviços públicos.(...) As famílias selecionadas recebem um cartão de saque, o Cartão Bolsa Família, emitido pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) e enviado para a casa delas pelos Correios. Junto com o cartão, a família recebe um panfleto com explicações sobre como ativá-lo.(...) Em fevereiro de 2013, havia 25,3 milhões de famílias no CadÚnico, sendo 23 milhões (91,0%) com perfil de renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, faixa de renda em que se insere seu público prioritário.

(...) A progressiva qualidade das informações do CadÚnico pode ser observada a partir da análise de indicadores cujo responsável tem idade igual ou superior a 16 anos e que possui todos os campos obrigatórios preenchidos para todas as pessoas da família, e atualizados ao longo do tempo, atualizados são aqueles que, no prazo máximo de dois anos contados da data de sua inclusão ou de sua última atualização, teve as seguintes informações alteradas ou confirmadas: endereço, renda familiar, composição familiar (inclusão ou exclusão de integrantes), registro de documentos obrigatórios para o Responsável pela Unidade Familiar (RF), complementação do registro de documento de identificação civil para os demais membros da família, substituição do RF, código INEP e série escolar.(...) Estes são dois conceitos importantes para avaliar o grau de completude e atualização da base do CadÚnico, e são acompanhados mensalmente pela SENARC/MDS; CAMARGO (et al. 2013, p. 158)



Segundo dados da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania-SENARC<sup>8</sup> juntamente com o Ministério do desenvolvimento Social - MDS no gráfico 1, é possível visualizar a evolução do número de cadastros desde o período em que se consolidou o processo de atualização cadastral.

Gráfico 2 - Evolução do número de famílias com renda familiar *per capita* até meio salário mínimo no CadÚnico (em milhões)



Fonte: SENARC/MDS

Nota-se que desde 2006 a número de famílias cadastradas foi gradativamente crescente, em fevereiro de 2013 já estava com cerca de 23 milhões de cadastros.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, O CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos. Dessa forma, o CadÚnico possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas voltadas a esse segmento da população. A coleta dos dados das famílias deve ser realizada por meio do preenchimento do formulário do CadÚnico. Cada formulário deve identificar apenas uma família.

Os municípios são responsáveis por identificar as áreas prioritárias de cadastramento e as famílias de baixa renda que residem em seu território. Feita esta identificação, os municípios coletam a informação das famílias e digitam as informações no Aplicativo de Entrada e Manutenção de dados que, no momento, é um aplicativo off-line.

Finalizada a digitação, os municípios transmitem os dados das famílias à Caixa Econômica Federal - CAIXA, que é o agente operador do CadÚnico, por meio da ferramenta Conectividade Social. Os cadastros são processados pelo Agente Operador do Cadastro Único

<sup>8</sup>SENARC - A Secretaria Nacional de Renda e Cidadania é responsável pela implementação da Política Nacional de Renda e Cidadania, que promove a transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o Brasil.

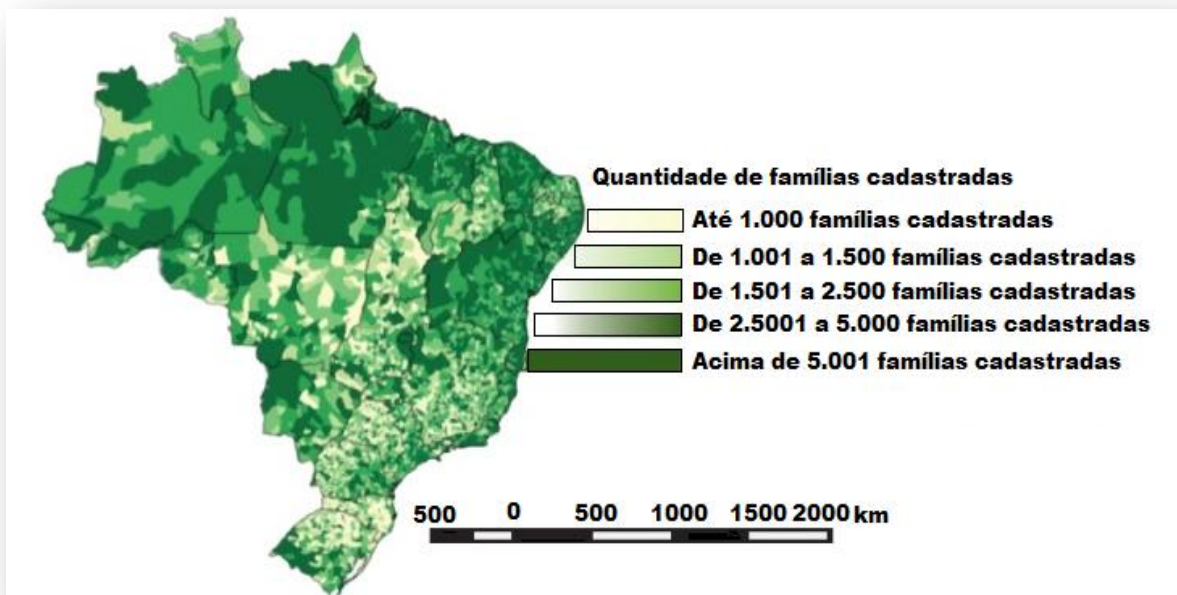
CAIXA, que é responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um número de identificação social (NIS), de caráter único, pessoal e intransferível.

Por meio do NIS os operadores do Cadastro Único poderão localizar as pessoas cadastradas, atualizar dados do cadastro, verificar a situação do benefício (caso exista) e realizar as ações de gestão de benefícios.

Segundo o SENARC e MDS atualmente, a base nacional do Cadastro Único possui informações de, aproximadamente, 40% da população brasileira. Por isso, CadÚnico é considerado um mapa representativo das famílias mais pobres e vulneráveis de nosso país.

A figura a seguir, mostra a distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único no território nacional.

Figura 3 Quantitativa de famílias cadastradas no Cadastro Único (dez/2016)



Fonte: Cadastro Único extraído em dezembro de 2016. Senarc/MDS, Elaboração: Senarc/MDS

Ainda segundo o MDS, o Cadastro Único tem como objetivo incentivar a integração dos programas sociais e atendimento de um público com características e necessidades semelhantes. Entretanto, segundo o MDS na prática, esta integração não aconteceu de forma imediata, pois era preciso estabelecer melhor os parâmetros de sua gestão, com definições sobre o público-alvo, as regras e os procedimentos de coleta, atualização e manutenção dos dados.

O CadÚnico teve a sua consolidação como uma ferramenta responsável para inclusão das famílias de baixa renda com a criação do PBF através da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 que unificou os programas de transferência de renda de programas sociais e o Cadastro Único se definiu como o instrumento de identificação e seleção de seus beneficiários.

## **6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi constituída direcionadamentecom 09 participantes através de entrevista com questões abertas de livre manifestação e sem um rol de alternativas e também de questionário de múltiplas escolhas onde os respondentes optaram por uma das alternativas. Todas as entrevistadas são beneficiárias do Programa Bolsa Família, na área de referência do CRAS do município de Miracema do Tocantins.

### **6.1 Critérios para entrevistas**

Ser beneficiário do Programa Bolsa Família no município de Miracema do Tocantins;

- Concordar em participar da entrevista;
- Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.
- Ser morador da área de abrangência do bairro Mustafá Bucar em Miracema do Tocantins.

### **6.2 Local da pesquisa**

A pesquisa foi realizada no Bairro Mustafá Bucar setor norte do município de Miracema do Tocantins, entre os meses de novembro de 2018 a janeiro de 2019.

### **6.3 Procedimentos de coleta de dados**

No primeiro momento estivemos no CRAS de Miracema do Tocantins, para o levantamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro de referência Mustafá Bucar, através do Sistema de Informações Oficiais que faz a gestão do Programa Bolsa Família. A partir desse levantamento foi realizada uma visita in loco para conhecermos a população usuária e onde reside no bairro Mustafá Bucar.

Foram dois os processos de coleta de dados o primeiro através de questionários com perguntas e um rol de alternativas que caracterizava seu perfil socioeconômico. O outro mecanismo de coleta foi às entrevistas.

Para a coleta das entrevistas, foi realizado contato com os beneficiários que já conhecia que gentilmente informou onde as demais moradoras poderiam ser localizadas, sendo assim convidadas a participar de uma entrevista.

Os usuários que concordaram em participar da entrevista deveriam assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram realizadas a partir de questões semiestruturadas que foram gravadas com a autorização das participantes.

## 7 ANÁLISE DOS DADOS

Para chegarmos aos dados relativos à pesquisa de campo informada pelos atores sociais pesquisados foi realizada a ordenação dos dados.

De acordo com (MINAYO, 1994, p.78) A ordenação de dados trata-se de mapear todos os dados obtidos no trabalho de campo como: transcrições das entrevistas, gravações, releitura do material, organização dos relatos e dos dados relativos da observação do participante.

Após a realização dos questionários respondidos e entrevistas foi realizada as transcrições e classificação das perguntas e repostas. Em sequência, os dados foram transformados em gráfico de barra os questionários e as entrevistas em gráfico de pizza, o que permitiu ter uma visão mais precisa dos dados obtidos para que fosse realizada a análise de conteúdos.

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. Operações estatísticas simples (porcentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. (BARDIN, 1979, p. 101).

Os resultados foram tratados e relacionados de acordo com o propósito do estudo, que é a manifestação das beneficiárias a respeito dos impactos do PBF em suas vidas. Os gráficos possibilitaram que um conjunto de manifestações fosse interpretado de maneira mais objetiva e de fácil leitura.

A representação dos dados: Tabelas, quadros e gráficos é um método estatístico sistemático, de apresentar dados em colunas verticais ou fileiras horizontais, que obedece à classificação dos objetos ou materiais da pesquisa. É bom auxiliar na apresentação dos dados, uma vez que facilita, ao leitor, a compreensão e interpretação rápida da massa de dados, podendo, apenas com uma olhada, apreender importantes detalhes e relação. Todavia seu propósito mais importante é ajudar o investigador na distinção de diferenças, semelhanças e relações, por meio da clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações. (MARCONNI; LAKATOS, 2003, p. 169).

Em relação à revisão de literatura foi realizada a categorização do material coletado, iniciamos a fase de tratamento e interpretação dos dados com base na literatura pesquisada. Foram comparados os dados obtidos no estudo com os referenciais que relacionam os temas trabalhados. Oportunizando uma articulação dos textos com os dados representados pelos agentes sociais.

O estudo levou em consideração os seguintes itens:

- Conhecimento e a forma de utilização do benefício
- Qual o posicionamento acerca do benefício: Ajuda ou Direito?
- Como o beneficiário posiciona-se sobre as condicionalidades do PBF
- Mudanças de vida após o benefício e as possibilidades do PBF
- Qualidade de vida da sua família.

As participantes da pesquisa foram identificadas por número de entrevista, a saber: E1, E2, E3 dentre outros, a fim de não serem identificados.



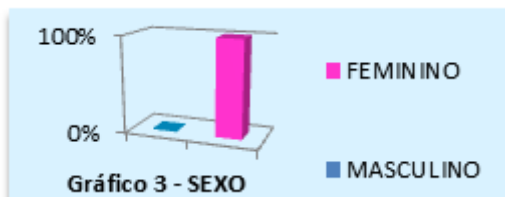
UFT - Universidade Federal do Tocantins  
Campus de Miracema do Tocantins  
Curso de Serviço Social

ENTREVISTA PARA COMPOSIÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS  
BENEFICIÁRIOS DO PBF DO BAIRRO MUSTAFÁ BUCAR.  
GRÁFICOS REPRESENTATIVOS DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS POR  
BENEFICIARIAS DO PBF

**1SEXO:**

FEMININO - 09

MASCULINO - 00



Fonte: a autora

**2IDADE:**

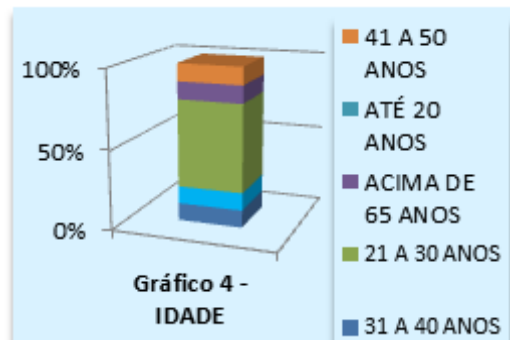
ATÉ 20 ANOS - 01

21 A 30 ANOS - 05

31 A 40 ANOS - 01

41 A 50 ANOS - 01

ACIMA DE 65 ANOS - 01



Fonte: a autora

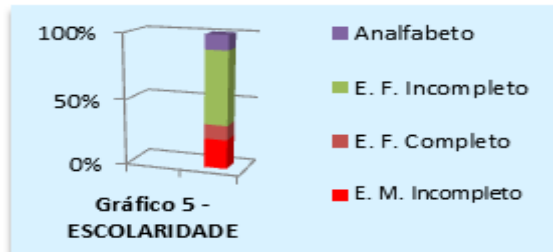
### 3ESCOLARIDADE:

ANALFABETO - 01

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMMPLETO -05

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO- 01

ENSINO MÉDIO INCOMPLETO -02



Fonte: a autora

### 4QUANTOS MEMBROS NA FAMÍLIA

1 a 4 - 04

4 a 6 - 05



Fonte: a autora

### 5MORADIA

PRÓPRIA DE ALVENARIA - 05

CEDIDA - 03

ALUGADA - 01



Fonte: a autora

### 6HOUE MELHORIA NA SUA VIDA APÓS O PBF

MUITO - 07

POUCO - 02



Fonte: a autora

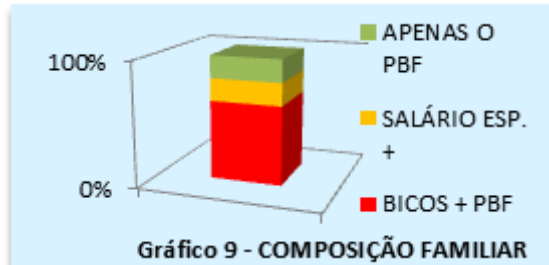


## 7 COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

BICOS + PBF - 05

SALÁRIO DO ESPOSO + PBF - 02

APENAS PBF - 02



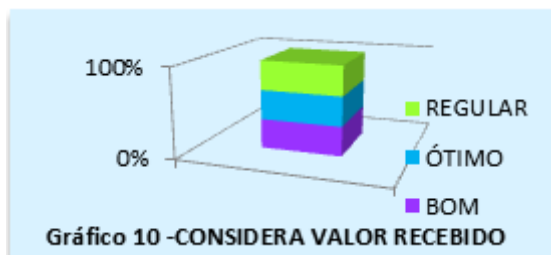
Fonte: a autora

## 8 QUANTO AO VALOR RECEBIDO PELO PBF CONSIDERA

ÓTIMO -03

BOM - 03

REGULAR- 03

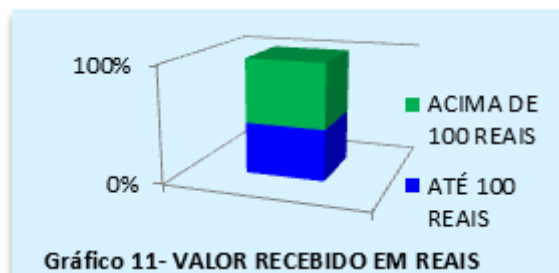


Fonte: a autora

## 9 QUAL O VALOR EM REAIS DO SEU PBF

ATÉ 100 REAIS- 04

ACIMA DE 100 REAIS - 05



Fonte: a autora

## 10 VALOR GASTO EM ALIMENTAÇÃO FAMILIAR

DE 100 A200 REAIS - 06

ACIMA DE 200 REAIS – 02

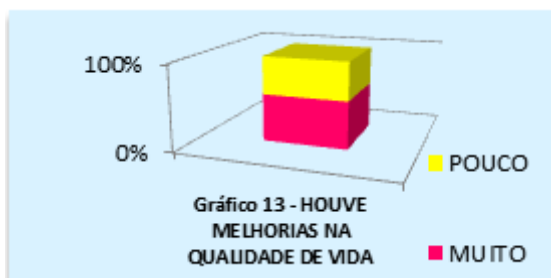


Fonte: a autora

### 11 HOUE MELHORIAS NA QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO APÓS O PBF

MUITO -05

POUCO - 04



Fonte: a autora

### 12 SABE COMO É CALCULADO O VALOR DO BENEFÍCIO QUE VOCÊ RECEBE

SIM - 01

NÃO - 08

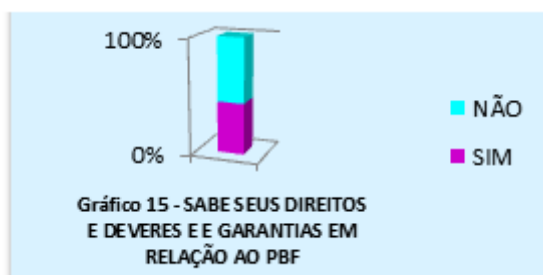


Fonte: a autora

### 13 SABE SEUS DIREITOS E DEVERES E GARANTIAS EM RELAÇÃO AO PBF

SIM - 04

NÃO - 05

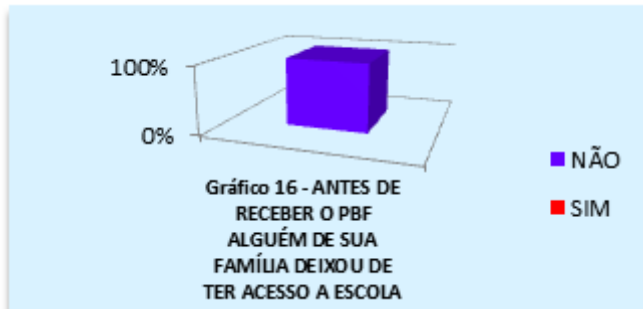


Fonte: a autora

**14 ANTES DE RECEBER O PBF ALGUM DE SEUS DEPENDENTES DEIXOU DE TER ACESSO A ESCOLA**

SIM -00

NÃO -09



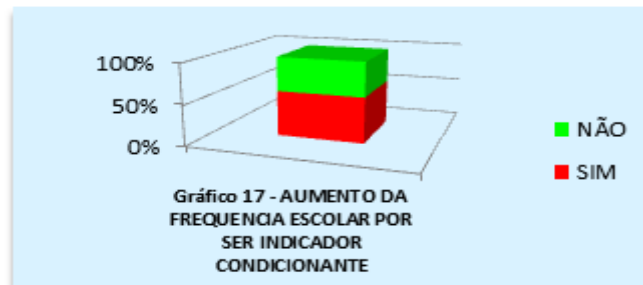
Fonte: a autora

**15 O FATO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR SER INDICADOR DE CONDICIONALIDADES AUMENTOU A FREQUENCIA DE SEUS FILHOS**

SIM -04

NÃO - 03

OS FILHOS NÃO ESTÃO EM IDADE ESCOLAR -02



Fonte: a autora

**16 ANTES DE RECEBER O BENEFÍCIO BF ALGUM DE SEUS DEPENDENTES DEIXOU DE TER ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**

SIM - 02

NÃO -07

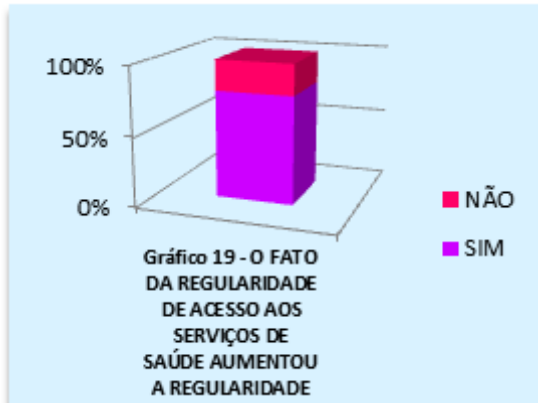


Fonte: a autora

## 17 O FATO DA REGULARIDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE AUMENTOU A SUA REGULARIDADE COM OS MESMOS

SIM – 07

NÃO– 02



Fonte: a autora

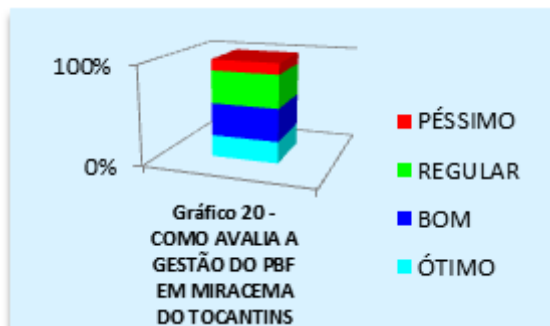
## 18 COMO AVALIA A GESTÃO DO PBF NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

ÓTIMO - 02

BOM - 03

REGULAR - 03

PÉSSIMO – 01



Fonte: a autora

**Após análise das entrevistas classificamos aspectos importantes a considerar:**

As beneficiárias na maioria consideram que de fato o PBF trouxe certa independência financeira, que possibilita garantir para os seus filhos uma melhor alimentação, um melhor acompanhamento na saúde e educação.

Quanto à troca do Benefício por emprego a maioria das beneficiárias optou por emprego, pois podem ter uma renda maior, 87% das pesquisadas trocaria, pois consideram o Benefício fundamental, porém o valor recebido do PBF ainda está longe de suprir as necessidades básicas.

As condicionalidades impostas pelo Programa à maioria das beneficiárias dizem ser adequado e importante. Pois em relação a educação a frequência ser condicionante, fez com as mães não deixem os filhos faltarem as aulas, esse acompanhamento escolar possibilita uma ferramenta importante no combate à evasão e ao analfabetismo. Outro condicionante é a em relação à saúde que no estudo aumentou a preocupação de verificar a saúde dos filhos.

Quando foram questionadas se consideram o benefício como uma ajuda ou direito, as respostas foram divididas, de que realmente é um direito, pois é distribuição de renda, ou seja, os impostos pagos retornando para sociedade, e outras acreditam que é uma ajuda pela sua situação econômica atual.

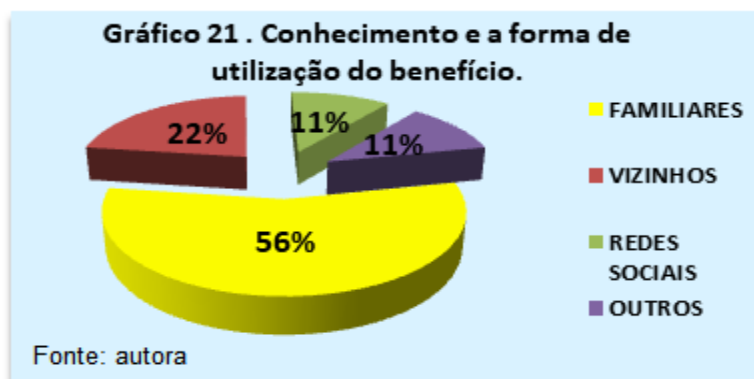
**Portanto diante das entrevistas podemos resumir com os seguintes aspectos a considerar:**

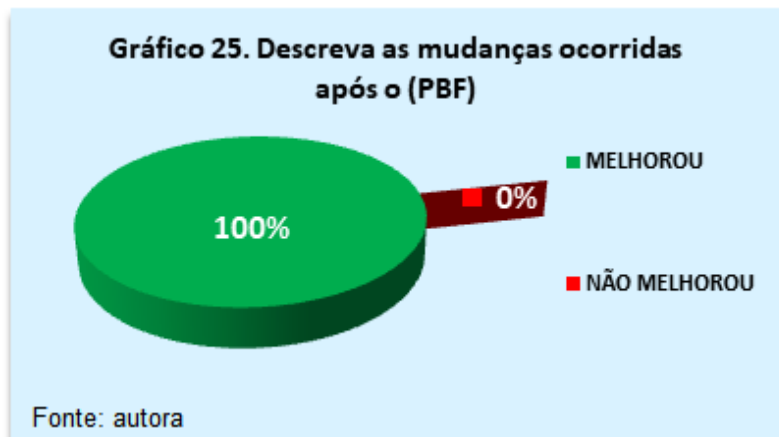
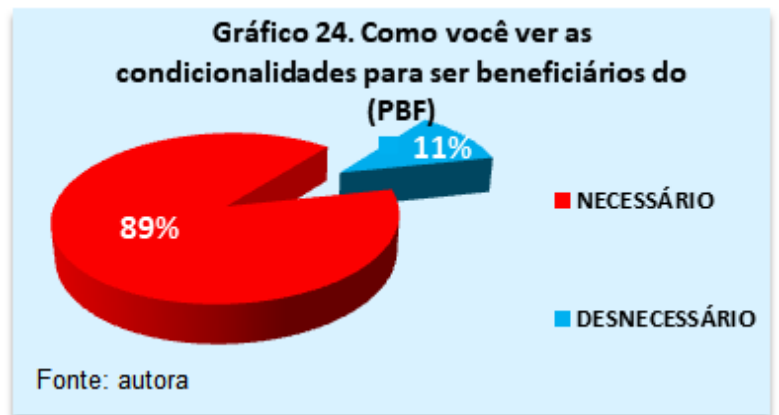
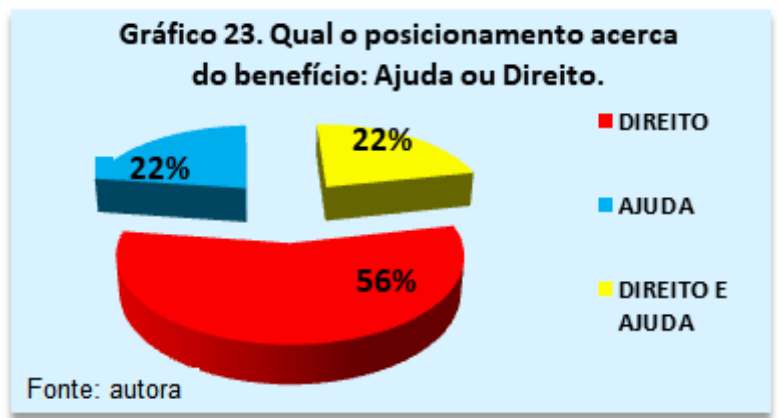
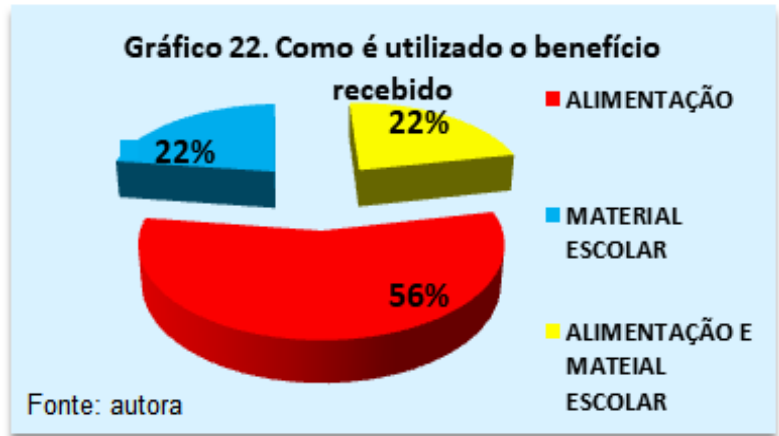
- **Aspectos positivos do PBF** - Uma renda mensal que garante um planejamento econômico; Melhora na qualidade de vida; Melhoria da frequência escolar; mais regularidade e acompanhamento da saúde.
- **Aspecto negativo do PBF** - O valor recebido.
- **Sugestões para o PBF** - Aumento do valor do benefício e uma 13ª renda anual.

As famílias tem seu núcleo de 4 a 6 membros e algumas com moradia própria e outras cedidas e alugadas.

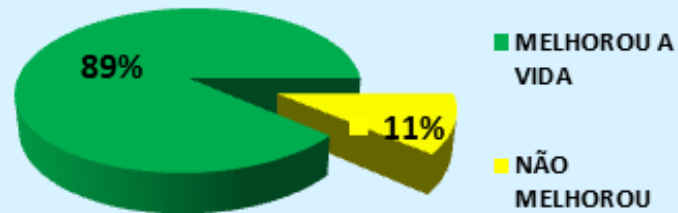
Todas foram unânimes em dizer que o PBF melhorou consideravelmente a sua vida, pois a garantia do Benefício mensal possibilita um planejamento que antes não era possível de realizar. Foram muitas das beneficiárias que concordam que o valor pago ainda é muito baixo e que ainda o Benefício poderia ser ampliado com um décimo terceiro salário.

Gráficos demonstrativos por porcentagem das entrevistas realizadas



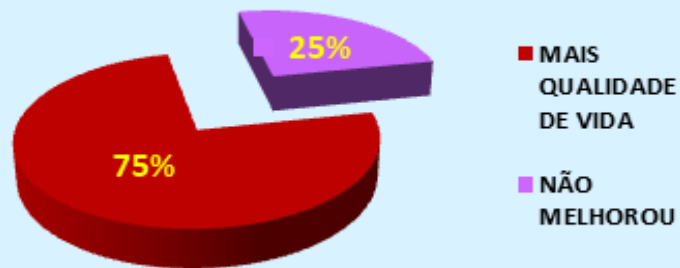


**Gráfico 26. Quais as possibilidades o PBF oportunizou na sua vida**



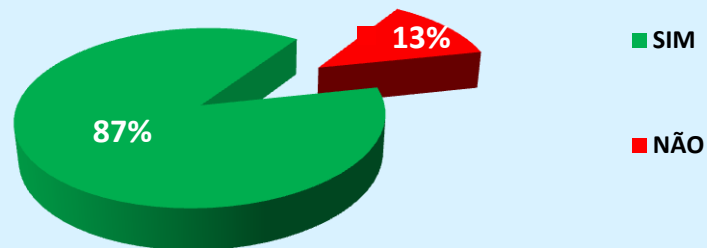
Fonte: autora

**Gráfico 27. Quanto à qualidade de vida após o PBF você pode relatar**



Fonte: autora

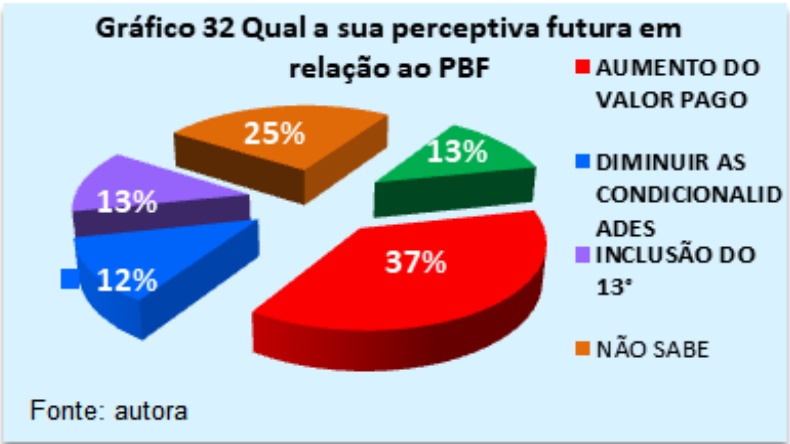
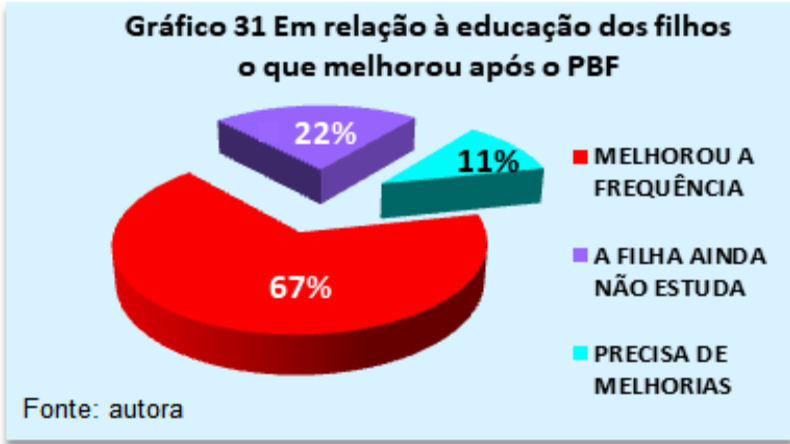
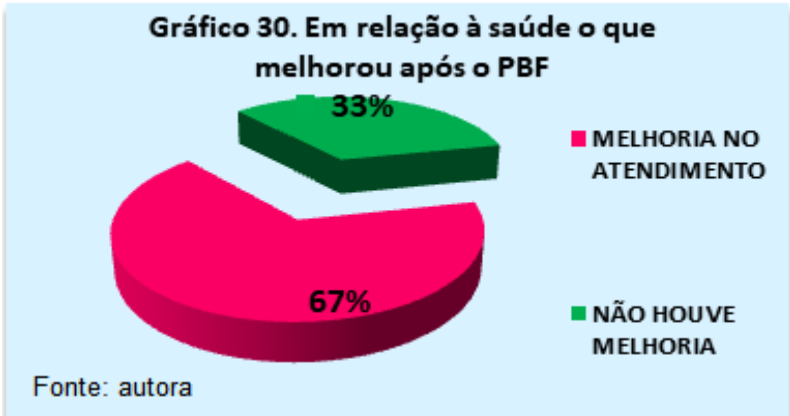
**Gráfico 28. Você trocaria o PBF por um emprego**



**Gráfico 29. Em sua opinião o quê deveria ser melhorado no PBF**



Fonte: autora





## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados coletados foi possível realizar em que aspecto o PBF impactou as famílias em questão. O PBF definido como um Programa de transferência direta de renda foi e está sendo de grande importância para a melhoria socioeconômica das famílias beneficiárias do bairro Mustafá Bucar.

A pesquisa mostra que a composição familiar é formada em sua maioria por famílias monoparentais femininas, ou seja, em sua maior parte a mulher assume como principal provedora do lar. Fato está relacionado às mudanças ao longo dos anos, em decorrência de seu papel social e também em suas funções internas decorrentes do contexto histórico e das transformações socioculturais, econômicas, e políticas das famílias.

O perfil socioeconômico das famílias pesquisadas é considerado baixa renda, são famílias que estão em vulnerabilidade social, pois convivem rotineiramente com a falta de emprego e na maioria das famílias sendo a mulher a principal provedora da família.

No aspecto de qualidade de vida a grande maioria considera que o PBF possibilitou que a renda mensal fixa garanta um planejamento sistemático na aquisição de material escolar e alimentação.

Diante da atual política neoliberal que assola com a classe trabalhadora, como: privatizações, flexibilização do trabalho, desemprego, precarização do trabalho e destituição de conquistas históricas da classe trabalhadora. Todas essas situações comprometem a qualidade de vida da sociedade brasileira em especial a classe trabalhadora.

Diante desse cenário brasileiro atual, as famílias pesquisadas são fruto dessa situação imposta pelo Estado brasileiro. As famílias pesquisadas, bem como a real condição das famílias de perfil socioeconômico baixa renda tem o PBF como a principal fonte de renda.

No que concerne à educação dos filhos, nota-se que a condicionalidade de se manter no Programa ser a frequência escolar, influencia em possibilitar um importante caminho para combater a evasão e o analfabetismo brasileiro. O benefício garante também a compra de materiais escolares e a alimentação dos filhos. Em relação à saúde também mostrou que avançou na regularidade em que os filhos buscam os postos de saúde e no seu total acompanhamento.

Algumas outras situações foram observadas na referida pesquisa como em relação ao valor recebido, na grande maioria consideram que deveria ter uma 13ª renda, e um

acréscimo no valor pago atual, pois para prover o sustento mensal as beneficiárias têm que fazer “bicos” que são trabalhos esporádicos e com baixa remuneração.

No entanto, a corrupção recorrente no cenário político brasileiro impossibilita que os recursos sejam destinados de forma correta, fator percebido por algumas das beneficiárias, que acreditam que o PBF necessita ser mais bem fiscalizado, para garantir que o recurso seja para quem realmente necessita.

Como define a Portaria 177 de 16 de junho de 2011, que define procedimentos para a gestão do Cadastro Único em seu Art. 27:

V - adoção de medidas para o controle e a prevenção de fraudes ou inconsistências cadastrais, disponibilizando, ainda, canais para o recebimento de denúncias; (BRASIL, 2011, p. 13).

Esta pesquisa também oportunizou a proximidade da realidade vivida pelas beneficiárias do PBF do bairro Mustafá Bucar, permitindo que se faça um olhar amplo dos fatores socioeconômico e políticos vivenciados por cada família beneficiária dessa comunidade, desmitificando assim muitos preconceitos arraigados sobre a temática do programa e até mesmo do direcionamento dos valores recebidos.

Torna-se visível que o PBF representa positivamente nas famílias atendidas, promovendo além da renda recebida, melhores possibilidades de acompanhamento na saúde e educação conforme diretrizes das condicionalidades estabelecidas.

Na realização das entrevistas, determinadas famílias demonstraram certo temor em participar devido relacionar essas entrevistas como algo que posteriormente teriam seu benefício cancelado. Foi autorizada pelas participantes, após ser esclarecido que essas pesquisas na verdade tratava-se de um Trabalho de Conclusão de Curso e sem nenhuma associação ao Programa, e que também que seus dados não seriam revelados.

No que tange a utilização do recurso recebido às entrevistadas afirmam que é empregado em suma no sustento da família e/ou aplicado em materiais para os filhos, aumentando a segurança alimentar e nutricional, fator preponderante na política do programa.

Embora o Benefício recebido não seja capaz de transformar radicalmente as condições de vida dessas famílias, contribui consideravelmente para a melhoria das condições de vida, de fato a renda mensal contribui para que seja garantido um mínimo para melhorar as condições de vida de sua família.

Por fim, ressaltamos que o PBF possibilitou diversos benefícios para vida das entrevistadas beneficiárias, pois podem fazer um planejamento de acordo com as suas

possibilidades, além de garantir uma renda mínima para assegurar aos filhos a alimentação e a compra de material escolar.

## REFERÊNCIAS

BOLSA família. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social- CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. - 1ª. ed.- Brasília: 2009. 72 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social Secretaria Nacional de Renda de Cidadania: **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. - 3ª Ed. 2017.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40 ed. São Paulo: Saraiva 2007.

CADASTRO Único dados. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mds/cadastro-unico-dos-programas-sociais-cadunico.html>, acesso em 03 de fevereiro de 2019 às 14h55min

CADASTRO Único. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>, acesso em 04 de fevereiro de 2019.

CAMPELLO T.; CORTÊS M. N, “orgs.” **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**- Brasília: IPEA, 2013.494 p

COUTO, B. et al. **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. - 1ª Ed. - Brasília: 2009.

ESTRUTURA Organizacional da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/senarc>, acesso em 03 de fevereiro de 2019 às 14h54min.

FAMÍLIAS de baixa renda. <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/marco/familias-de-baixa-renda-tem-desconto-garantido-na-conta-de-luz>, acesso dia 20 de setembro de 2018 às 8h47min.

HISTÓRIA de Miracema do Tocantins. Disponível em: <http://miracema.to.gov.br/historia/>

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/em-79-lugar-brasil-estaciona-no-ranking-de-desenvolvimento-humano-da-onu.ghtml>, acesso em 01 de fevereiro de 2019, às 11h11min.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Et.al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, PatríciaMaccarini: Arranjos familiares monoparentais e chefiados por mulheres: pobreza e sobrecarga. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas: GT2 - Familismo nas Políticas Públicas**- Coord. Regina Célia T. Mioto e Marta Campos; Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

PEREIRA, Potyara A. P., **Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais**- 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, PotyaraA.P.Política de Assistência Social: avanços e retrocessos.In: **Cadernos do CEAM**nº 11. Brasília: CEAM/UnB, 2002.

OS PAÍSES mais desiguais do mundo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828>, acesso em 01 de fevereiro de 2019 às 17h47min.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política de Assistência Social para a pessoa idosa**. 2006. Disponível no site: [www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_eixos/4.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_eixos/4.pdf). Acesso em 6 de janeiro de 2019 às 10h15min

POPULAÇÃO na linha da pobreza. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>, acesso dia 17 de setembro de 2018 às 10h04min.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** 3ª Ed.- Rio de Janeiro FGV, 2003.

UCHÔA, Marcela Maciel. Tema: **A Política de Assistência Social:** A implementação dos Serviços Sociassistenciais do CRASno município de Miracema do Tocantins.Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, 2012.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA BENEFICIÁRIAS**

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM AS BENEFICIÁRIAS**

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

**APÊNDICE D -QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS GRAVADAS E DEPOIS  
TRANSCRITAS DE LIVRE MANIFESTAÇÃO DAS BENEFICIÁRIAS DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PBF**

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA BENEFICIÁRIAS



UFT - Universidade Federal do Tocantins  
Campus de Miracema do Tocantins  
Curso de Serviço Social

### APÊNDICE A

Elaboração: AriolindaCapristano Neta Neres de Souza

**Entrevista aplicada aos beneficiários do PBF no município de Miracema do Tocantins no período de 29/11 a 10/12//18.**

#### ENTREVISTA COM BENEFICIÁRIOS (AS) DO BF.

##### 1) SEXO:

FEM

MASC

##### 2) IDADE:

ATE 20 ANOS

21 A 30 ANOS

31 A 40 ANOS

41 A 50 ANOS

ACIMA DE 51 ANOS

##### 3) ESCOLARIDADE:

ANALFABETO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

ENSINO MEDIO INCOMPLETO

ENSINO MEDIO COMPLETO

ENSINO SUPERIOR



ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

3) MEMBROS DA FAMILIA/QUANTAS CRIANÇAS?

1 A 3 PESSOAS

4 A 6 PESSOAS

7 A 9 PESSOAS

10 OU MAIS

4) MORADIA:

PROPRIA ALVENARIA

PROPRIA MADEIRA

PROPRIA TAIPA

ALUGADA

CEDIDA

OCUPAÇÃO

5) HOUVE MELHORAS NA SUA VIDA APÓS O BF?

MUITO

POUCO

NÃO MELHOROU

6) COMPOSIÇÃO RENDA FAMILIAR/VALOR:

SALARIO ESPOSO, ESPOSA, BF

SALARIO ESPOSO E BF

BICOS + BF

BF

7) QUANTO AO VALOR QUE RECEBE DO PROGRAMA CONSIDERA:

OTIMO

BOM

REGULAR

PESSIMO

8) QUAL O VALOR EM R\$ DA SUA BF?

R\$: \_\_\_\_\_

9) GASTO COM ALIMENTAÇÃO VALORES R\$

ATE 100

- DE 101 A 200
- DE 201 A 300
- DE 301 A 400
- DE 401 A 500
- DE 501 A 600
- DE 601 A 700
- DE 701 A 800
- DE 801 A 900
- DE 901 A 1000
- MAIS DE 1000

10) HOUVE MELHORAS NA QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO APÓS O BENEFÍCIO:

- MUITO
- POUCO
- NÃO MELHOROU

11) SABE COMO É CALCULADO O VALOR DOS BENEFÍCIOS QUE VOCE RECEBE:

- SIM ( ) NÃO

12) SABE SEUS DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS EM RELAÇÃO AO PROGRAMA: ( ) SIM ( ) NÃO

13) ANTES DE RECEBER O BF, ALGUM MEMBRO DE SUA FAMÍLIA COM IDADE ESCOLAR DEIXOU DE TER ACESSO A ESCOLA:

- SIM
- NÃO

14) O FATO DE A FREQUÊNCIA ESCOLAR SER INDICADOR DE CONDICIONALIDADES AUMENTOU A FREQUÊNCIA DE SEUS FILHOS:

- SIM
- NÃO

15) ANTES DE RECEBER O BF, ALGUM MEMBRO DE SUA FAMÍLIA DEIXOU DE TER ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS:

- SIM

NÃO

16) O FATO DA REGULARIDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIO-ASSISTENCIAIS SER FATOR DE CONDICIONALIDADE AUMENTOU A FREQUENCIA DE SUA FAMILIA A ESTE:

SIM

NÃO

17) O FATO DE HAVER CONDICIONALIDADES RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE SAUDE AUMENTOU SUA REGULARIDADE COM OS MESMOS:

SIM

NÃO

18) COMO AVALIA A GESTÃO DO PBF NO MUNICIPIO:

OTIMO

BOM

REGULAR

PESSIMO

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM AS BENEFICIÁRIAS



UFT - Universidade Federal do Tocantins  
Campus de Miracema do Tocantins  
Curso de Serviço Social

### APÊNDICE B

Elaboração: AriolindaCapristano Neta Neres de Souza

#### **Entrevistas gravadas e depois transcritas de livre manifestação das beneficiárias do Programa Bolsa Família - realizada entre os dias 17 a 21 de dezembro de 2018.**

1. Como você conheceu o benefício?
2. Como é utilizado o benefício recebido?
3. Você considera o benefício (PBF) como um direito ou como ajuda? Por quê?
4. Como você vê as condicionalidades para ser beneficiários do (PBF)?
5. Descreva as mudanças ocorridas após o (PBF)?
6. Quais as possibilidades o PBF oportunizou na sua vida?
7. Quanto à qualidade de vida após o PBF você pode relatar?
8. Você trocaria o PBF por um emprego?
9. Em sua opinião o que deveria ser melhorado no PBF?
10. Em relação à saúde o que melhorou após o PBF?
11. Em relação à educação dos filhos o que melhorou após o PBF?
12. Qual a sua percepção futura em relação ao PBF?

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

UFT - Universidade Federal do Tocantins  
Campus de Miracema do Tocantins  
Curso de Serviço Social

**APÊNDICE C**

Elaboração: AriolindaCapristano Neta Neres de Souza

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE****Dados de identificação**

Título do Projeto: Os impactos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres do bairro Mustafá Bucar

Pesquisadora Responsável: AriolindaCapristano Neta Neres de Souza

Nome do participante:

Data de nascimento:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “*Os impactos do Programa Bolsa Família na vida das mulheres do bairro Mustafá Bucar*”, de responsabilidade da pesquisadora *AriolindaCapristano Neta Neres de Souza*.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

**Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

1. O trabalho tem por finalidade o desenvolvimento de entrevista para avaliar os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) na vida das mulheres do Bairro Mustafá Bucar no Município de Miracema do Tocantins.

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em fazer a entrevista de forma escrita e também em áudio, através de questionário previamente elaborado e com perguntas objetivas e também de livre manifestação da beneficiária. Todas as entrevistas serão realizadas no bairro Mustafá Bucar.

3. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo para a socialização das informações em âmbito acadêmico, o que trará oportunidade da sociedade conhecer a opinião acerca do assunto em pauta.

4. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

5. <sup>9</sup>Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

6. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

7. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Amanda Elisa Vaz, professora responsável pela disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). E-mail: amendoavaz27@gmail.com, ou com a pesquisadora AriolindaCapristano Neta Neres de Souza, E-mail: arineres1989@gmail.com.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Miracema do Tocantins \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do responsável pela pesquisa

<sup>9</sup>As participantes da pesquisa serão identificadas por número de entrevista, a saber: E1, E2, E3 etc., a fim de não serem identificadas.

**APÊNDICE D QUESTIONÁRIO DE PERGUNTAS GRAVADAS E DEPOIS  
TRANSCRITAS DE LIVRE MANIFESTAÇÃO DAS BENEFICIÁRIAS DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PBF**



UFT - Universidade Federal do Tocantins  
Campus de Miracema do Tocantins  
Curso de Serviço Social

**APÊNDICE D**

Elaboração: AriolindaCapristano Neta Neres de Souza

**Questionário de perguntas gravadas e depois transcritas de livre manifestação das  
beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF**

**1. Como você conheceu o benefício?**

E1: Através da minha família e das redes sociais e das pessoas que comentam bastante.

E2: Através dos vizinhos

E3: Através das pessoas que me convidaram para fazer o cadastro.

E4: Meus familiares me falaram.

E5: Eu consegui porque eu fiz o cadastro das casinhas e ai tinha que fazer o cadastro único devido isso ai eu fui beneficiado ao Bolsa Família.

E6: Através da minha mãe.

E7: Através da minha irmã

E8: Através de amigas e vizinhas.

E9: Através dos meus familiares.

**2. Como é utilizado o benefício recebido?**

E1: Utilizo na alimentação, material escolar.

E2: Pra comprar alimento

E3: Da alimentação da casa.

E4: Utilizo comprando roupa, calçado e alimentação pra minha filha e pra mim também.

E5: Alimentação, energia e água... O que dá.

E6: Material escolar dos meus filhos, comprar roupa material, calçado.

E7: Comprar alimentos.

E8: Pra comprar as coisas pra minha filha.

E9: Alimentação e material escolar.

### **3. Você considera o benefício (PBF) como um direito ou como ajuda? Por quê?**

E1: Como um direito do cidadão. Porque é um direito nosso, como nos pagamos impostos nos devemos receber através de benefício, porque não.

E2: Ajuda. Porque já pra fazer alguma coisa.

E3: Já que a pessoa recebeu e um direito é uma boa ajuda.

E4: Direito. Porque a população tem o direito de receber esse dinheiro porque é dos impostos que “nós paga” e volta de novo pro nosso bolso pra ajudar nós.

E5: Eu considero como um direito e como ajuda também, que ajuda muita gente que precisa.

E6: Como ajuda, ajudar as pessoas que necessita.

E7: As duas coisas ajuda e direito, porque ele ajuda e é um direito das crianças.

E8: Sim como direito, porque o direito deles, já que a gente paga imposto, gente tem o direito de receber de volta o Bolsa Família, porque ainda é muito pouco, tenho uma criança de dois anos de idade e recebo 130 reais e dar pra comprar o quê durante 1 mês, numa semana dar pra comprar uma frutinha aqui, um leite ali, uma fralda aqui....

Acho muito pouco, pois trabalha de “bicos” e o que me ajuda é isso ai.

E9: Considero um direito da população e como uma ajuda que serve pra dentro de casa.

### **4. Como você ver as condicionalidades para ser beneficiários do (PBF)?**

E1: Eu acho bom porque antes de ter esse benefício eu já frequentava o postinho e através desse benefício a gente frequenta mais e fica por dentro do que está acontecendo.

E2: Tem que pesar dar vacina e tudo em dia.

E3: Todos precisam, mas tem outros que precisam mais.

E4: Eu acho necessário pra pegar gente que não tem necessidade de receber o Benefício.

E5: Eles impõem a criança a ser pesado, ir pra escola.



E6: As pessoas necessitam também.

E7: Acho bom.

E8: Eu acho desnecessário, porque é uma dificuldade você ir no CRAS ... jogam um bocado de coisas pra você fazer ... e fica marcando e remarcando(...).

E9: Acho um meio muito difícil, mas essa dificuldade pode ser bom porque tem muita gente que aproveita do Benefício.

### **5. Descreva as mudanças ocorridas após o (PBF)?**

E1: Mudou a alimentação, o material escolar da minha filha, antigamente eu não tinha condições de comprar material bom, pois mesmo que eu trabalhasse de “bico” não dava... ela queria uma coisa mais avançada e não tinha

E2: Foi bom.

E3: Pra mim foi bom, agora não sei da vida de ninguém, sei da minha pra mim foi bom.

E4: As mudanças é que a minha filha pode ter uma alimentação melhor que antes

E5: Melhorou muito sim, ajuda muito entendeu, de certo tipo ajuda muita gente.

E6: Aumentou, ficou melhor.

E7: Algumas “mudancinhas” boas, agora tenho dinheirinho pra comprar alimentos que não tinha.

E8: Eu tenho pra mim que não mudou muito, porque eu recebo 130 Reais e com uma criança não vai nem um mês, aí tenho que fazer “bicos” pra terminar o mês. (...) ajudou, mas não fez diferença.

E9: As mudanças que teve foi na alimentação, na escolaridade da minha filha, materiais escolares foram melhor e outras coisas

### **6. Quais as possibilidades o PBF oportunizou na sua vida?**

E1: Ele me ajudou bastante, através dele eu tenho um dinheirinho para eu comprar, por exemplo, um remédio que não tem no postinho e até mesmo fazer outras coisas através da minha filha, minha filha precisa bastante na alimentação dela.

E2: Bom à gente recebe, porque eu não tenho dinheiro mesmo.

E3: Ajudar na alimentação de casa

E4: Que agora eu posso ter meu dinheiro pra comprar minhas e da minha filha e não ficar dependendo dos outros.

E5: Oportunizou fazer coisa diferente, igual o cadastro das \*casinhas” (...) a gente fez o cadastro único pra ver se conseguia e agora estamos esperando.

E6: Muitas coisas... comprar as coisa pros meus filhos

E7: Trouxe mais independências, não depender mais do marido.

E8: Nenhuma.

E9: Foi de uma alimentação melhor.

\*Casa popular.

### **7. Quanto à qualidade de vida após o PBF você pode relatar?**

E1: Mudou a qualidade de vida mudou bastante na minha vida mudou... pra melhor.

E2: Sim.

E3: Sim , foi muita diferença, não é tudo não mas...

E4: Me ajudar a comprar eu comprar o que eu desejo pra mim e pra minha filha (...) de roupa, calçado e alimentação.

E5: Melhorou um pouco melhorou.

E6: Não

E7: Houve melhoria, houve melhoria mais ou menos em quê? Comida essas coisas, pra quê melhorar já está bom.

E8: Nenhuma, muito pouco.

E9: Melhorou bastante a qualidade na minha filha na minha casa, na alimentação na escola, melhorou muito a minha vida

### **8. Você trocaria o PBF por um emprego?**

E1: Sim, porque o emprego é garantido, além de receber o salário e se for de carteira assinada tem décimo terceiro e tudo.

E2: Depende do emprego. Aqui não acha emprego pra trabalhar. Mas se tivesse emprego você trocaria: Sim.

E3: Na idade que eu estou. Mas mesmo assim se achasse trocaria. Eu já to com 64 anos. Trocaria na hora.

E4: Sim.

E5: Sim, trocaria tranquilo.

E6: Não

E7: Sim.

E8: Trocaria sim, eu recebo 130 reais e com o emprego receberia muito mais, é claro que trocaria.

E9: Sim eu trocaria, porque esse Benefício “ta” me servindo pra me ajudar, mas, gostaria muito de ter um emprego.

### **9. Em sua opinião o que deveria ser melhorado no PBF?**

E1: Poderia ser melhorado ...ter mais qualificação através da saúde, o cartão da saúde e...aumentar também porque é muito pouco, mas esse pouco se transforma em muito pra mim.

E2: Muitas coisas a água...energia. Aumentar.

E3: Isso ai só o governo pode saber.

E4: Que aumentasse o valor que é muito pouco, e que tenha o 13°.

E5: Eu não tenho o que falar não, “ta” tranquilo.

E6: Nada, deveria mudar alguma coisa R.: não.

E7: Um aumento e o 13°

E8:Que a base dele de fazer, diminuir dificuldade de uma mãe ir lá e fazer ... que fosse bem mais rápido.

E9: Terum 13° e um acréscimo.

### **10 Em relação à saúde o que melhorou após o PBF?**

E1: Em relação ao Bolsa família, não mudou muita coisa na área da saúde, muitas vezes mudou sim e através desse benefício você tem mais qualificação e mais qualidade ... e muitas vezes você e até atendida melhor. Quando você precisa eles perguntam se você tem o cartão do NIS ou se tem o Bolsa família então melhorou bastante.

E2: Teve melhoria.

E3:Pra mim foi bom.

E4:Sim melhorou porque posso ir no posto de saúde pegar um remédio.

E5: Continua a mesma coisa, não trouxe pra você ser bem atendida não.

E6: Bom, Você ia nos postos ou com o programa fez você ir mais? R.: sempre eu ia

E7: Mais assistência dos postinhos dos médicos.

E8:Continua a mesma coisa, sempre fui ao postinho.

E9: “Me ajuda” a comprar os remédios (...).

### **11 Em relação à educação dos filhos o que melhorou após o PBF?**

E1: Antes de ter ... Melhorou sim, minha filha fica até mais animada, não porque ela vai pro colégio e fica pensando no final do mês ter. Porque é mais um incentivo pra criança.

E2: Melhorou a frequência.

E3: Pelo menos muitas crianças vai pro colégio afim de receber esse benefício. Se não for pro colégio não recebe. Melhorou bastante a frequência no colégio.

E4: Minha filha não estuda ainda.

E5: Muita coisa, eles estudam, tem alguns que dão trabalho pra ir pra escola, mais estão estudando.

E6: O ensino, a educação, não faltar à escola.

E7: A frequência.

E8: A minha criança ainda não está em idade escolar.

E9: Não melhorou muito assim não, mas dar pra ajudar a comprar os materiais poderia ter mais melhoria nos estudos.

12. Qual a sua perceptiva futura em relação ao PBF?

E1: Que eles aumentam mais (valor) e faz vários direitos como o décimo terceiro e mais uma rendinha pra área da saúde. Porque cento e pouquinho não dá.

E2: Tem que impor como condição ir para o colégio e se mora de favor...

E3: Isso é o governo, porque tem gente que precisa e tem gente que precisa mais.

E4: Poderia ter um valor "x" só pra alimentação, saúde e material escolar.

E5: Pra mim está tranquilo, acho que nada.

E6: Boa.

E7: Vai melhorar.

E8: Queria que melhorasse um pouco que aumentasse mais. Que as assistentes sociais fossem nas casas das mães visitar pra saber como é que estão, porque eu tenho por mim que elas vão visitar só no dia do cadastro... Que aumentasse o 13°.

E9: Continuar ajudando as pessoas que precisam e tirar as pessoas que não tem necessidade de receber.